

MOÇÃO
GLOBAL

ENSINO SUPERIOR EM PROSPETIVA



FAL

FEDERAÇÃO ACADÉMICA
DE LISBOA



FAL

FEDERAÇÃO ACADÉMICA
DE LISBOA



FICHA TÉCNICA

Título: Ensino Superior em Prospetiva - Moção Global

Autor: Federação Académica de Lisboa

Editor: Federação Académica de Lisboa

ISBN: 978-989-20-7204-3

Dezembro de 2016

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico incluindo fotocópia, xero-cópia ou gravação, sem autorização prévia do editor.

Exceptuam-se as transcrições de curtas mensagens para efeitos de apresentação, crítica ou discussão das ideias e opiniões contidas no livro. Esta excepção não pode, no entanto, ser interpretada como permitindo a transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares, da qual possa resultar prejuízo para o interesse pela obra.

Os infractores são passíveis de procedimento judicial, nos termos da lei.

MOÇÃO
GLOBAL

ENSINO SUPERIOR EM PROSPETIVA



FAL

FEDERAÇÃO ACADÉMICA
DE LISBOA

LISTA DE ABREVIATURAS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação de Ensino Superior
CAE	Comissão de Avaliação Externa
CCES	Conselho Coordenador do Ensino Superior
CIESP	Conselho para a internacionalização do Ensino Superior Português
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
CTSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGEEC	Direção-Geral de Estatística de Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral de Ensino Superior
ECTS	European Credit Transfer and Accumulation System
ENQA	European Association for Quality Assurance in Higher Education
FAL	Federação Académica de Lisboa
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEDU	Federação Portuguesa do Desporto Universitário
FUC	Ficha de Unidade Curricular
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
I&D	Investigação & Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
RABEEES	Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior
RAIDES	Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
REBIDES	Registo Biográfico dos Docentes do Ensino Superior
RJAES	Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior

RJIES Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior

RUC Relatório da Unidade Curricular

SCTN Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SIEP Síntese Estatística do Emprego Público

TeSP Cursos Técnicos Superiores Profissionais

UPD Utilidade Pública Desportiva

PREÂMBULO

Após um ano de atividade, a Federação Académica de Lisboa iniciou um processo de reflexão alargado sobre a realidade dos sistemas Científico e de Ensino Superior em Portugal, escrutinando, num exercício plural e de forma estrutural, cada uma das suas dimensões.


Do processo reflexivo levado a cabo ao longo dos últimos oito meses, pelas onze Associações de Estudantes que constituem a Federação Académica de Lisboa, resulta a Moção Global - Ensino Superior em Prospetiva, um documento que expressa uma orientação sólida, estruturada e consciente do Ensino Superior que almejamos.

Colocámos o Ensino Superior em Prospetiva. E fizemo-lo porque acreditamos que é do estudo aprofundado das influências conjugadas de causas técnicas, científicas, económicas e sociais que determinam a evolução da Ciência e do Ensino Superior em Portugal que podemos contribuir com posições sólidas, estruturadas e efetivas para a sua reforma.

É da profunda convicção que o sucesso do Ensino Superior em Portugal depende da reflexão e debate plural que apresentamos como contributo este documento, espelho de uma visão crítica, mas também conjunto alargado de propostas concretas, exequíveis e sustentadas, visando a sua valorização qualitativa e a diversificação dos seus públicos.

É com base nesta premissa que convocaremos e marcaremos posição no debate político, com todos os intervenientes no Ensino Superior e no Sistema Científico nacional, e que procuraremos caminhos convergentes para edificar um modelo de Ensino Superior capacitado para cumprir a sua função maior: democratizar o conhecimento.

É esta a nossa identidade, é esta a nossa causa!



André Santos Pereira

Presidente da Federação Académica de Lisboa

ÍNDICE

19 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

- 20 Diplomas estruturais e modelo de organização do Ensino Superior Nacional
- 22 Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior
- 23 Binariedade
- 25 Consórcios entre instituições de Ensino Superior
- 26 Regime Fundacional
- 27 Órgãos de governo e de gestão das instituições de Ensino Superior
- 29 Provedor do Estudante
- 29 Racionalização da Oferta Formativa e Fixação de Vagas

33 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 34 Processo Bolonha
- 38 Acesso ao Ensino Superior
- 41 Regimes, Contingentes e Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior
- 42 Regimes Especiais de Acesso
- 43 Contingentes Especiais de Acesso
- 44 Concursos Especiais
- 45 Concurso de Acesso para Estudantes Internacionais
- 46 Diversificação e modernização curricular
- 48 Cursos Superiores Técnicos Profissionais
- 50 Avaliação de conhecimentos
- 52 Suplemento ao diploma
- 53 Mobilidade nacional e internacional de estudantes

55 REDE DE ENSINO SUPERIOR

61 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E ENSINO CENTRADO NO ESTUDANTE

67 SISTEMA CIENTÍFICO

- 68 Estatuto do Bolseiro de Investigação
- 68 Acesso aberto ao conhecimento
- 70 Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento
- 73 Regime de Contratação de Doutorados

77 FINANCIAMENTO

- 78 Financiamento das instituições de Ensino Superior
- 79 Propinas e taxas de frequência
- 81 Financiamento Público e Dotação Orçamental

85 CORPO DOCENTE

91 INTERNACIONALIZAÇÃO

97 AÇÃO SOCIAL

- 98 Serviços de Ação Social
- 100 Ação Social Direta
- 103 Ação Social indireta
- 106 Programa + Superior

109 ABANDONO ESCOLAR

- 111 Principais Fatores para o Abandono Escolar
- 112 Boas práticas de prevenção ao Abandono Escolar

117 QUALIDADE E AVALIAÇÃO

- 118 Avaliação e Acreditação dos Ciclos de Estudos
- 119 Encerramento de Ciclos de Estudos
- 119 Envolvimento dos Estudantes na Avaliação Externa
- 120 Futuro da Avaliação
- 120 Inquéritos Pedagógicos
- 121 Rankings e Ratings

125 EMPREGABILIDADE

- 126 Empregabilidade dos Ciclos de Estudo
- 127 Acesso à Profissão e ordens profissionais
- 128 Estágios profissionais
- 130 Condição perante o emprego
- 131 Formação Contínua

133 DESPORTO

135 Ordenamento do Desporto
no Ensino Superior em Portugal

138 Dinâmica do Desporto nas Comunidades Académicas

139 Contexto Interno das Unidades Orgânicas

140 Contexto das instituições de Ensino Superior
e das suas comunidades académicas

140 Contexto Regional de Desenvolvimento

141 Conclusões e Recomendações

145 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

Diplomas estruturais e modelo de organização do Ensino Superior Nacional

Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior

Binariedade

Consórcios entre instituições de Ensino Superior

Regime Fundacional

Órgãos de governo e de gestão das instituições de Ensino Superior

Provedor do Estudante

Racionalização da Oferta Formativa e Fixação de Vagas

Diplomas estruturais e modelo de organização do Ensino Superior Nacional

No ano em que se cumprem trinta anos sobre a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, 14 de outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto; republicada e renumerada em anexo à última), a compreensão do funcionamento do Ensino Superior em Portugal continua a estar profundamente relacionada com este diploma.

No sistema de educação definido pelo mesmo são incluídos três graus formativos, designadamente o Ensino Básico, Secundário e Superior. Este último subdivide-se ainda em Ensino Superior Público, onde estão incluídas as instituições de iniciativa pública; Ensino Superior Concordatário, que derivou da Concordata estabelecida entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 2004, de onde surge a Universidade Católica; e, por fim, o Ensino Superior Particular e Cooperativo que abrange as instituições de carácter privado.

De acordo com o art.º 11º da Lei suprarreferida, o Ensino Superior em Portugal “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”, estando a orientação deste sistema binário definida “por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”, respetivamente.

O documento em análise assinala ainda o sistema educativo português como “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”. Não obstante ser consideração da Federação Académica de Lisboa de que a articulação e a natureza relacional entre os diversos níveis de escolaridade deve ser prática institucionalizada, garantindo esta que deve depender apenas do mérito do estudante ter acesso ao Ensino Superior, o principal enfoque da FAL no decurso da sua atividade de política educativa prende-se com matérias de Ciência e Ensino Superior. Importa, por consequência, debater a natureza binária do sistema e refletir sobre a missão e âmbito das diferentes instituições de Ensino Superior.

No que a questões relacionadas com a ciência diz respeito, a Lei de Bases do Sistema Educativo reforça, no seu art.º 18.º, a importância da

investigação científica no Ensino Superior, salientando a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta Lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.

Neste capítulo reunimos várias considerações sobre as virtudes e fragilidades do Ensino Superior de forma a que, no futuro, a FAL esteja capacitada para operar de uma forma mais objetiva, contribuindo ativamente para a melhoria dos subsistemas de ensino que constituem o Ensino Superior em Portugal.

O papel do Estado Português também deve ser alvo de atenção e escrutínio neste documento. No n.º2 do art.º 73º da Constituição da República Portuguesa é possível ler-se que “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade...” sendo que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.” (CRP, Art.º 74º, nº1). Concomitantemente, afirma também a Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda a pessoa tem direito à educação” e, particularmente no que ao Ensino Superior diz respeito, “o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, art.º 26, n.º1). Destes excertos depreende-se que compete ao Estado ser o principal agente organizador e gestor de todo o sistema de ensino, garantindo a sua sustentabilidade, qualidade e democratização do mesmo. Considera a FAL que o Ensino Superior Público deve posicionar-se como prioridade do Estado, garantindo que o financiamento do sistema de ensino seja visto como investimento estratégico na consolidação de uma sociedade do conhecimento e na democratização do acesso à ciência e cultura, de forma a que o seu apoio não seja apenas legislativo ou regulamentário, mas também material, promotor de metodologias de ensino-aprendizagem desenhadas com base no estado da arte dos referenciais de inovação pedagógica, resultando de forma clara no cumprimento da missão e âmbito das instituições de Ensino Superior.

Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior

O Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior, enquanto elemento de regulamentação e reformulação, estabelece, ao nível das instituições de Ensino Superior, a “sua constituição, atribuições e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia” (art.º 1º, n.º 1). A introdução deste diploma em 2007 abriu campo a uma determinante redefinição orgânica das instituições de Ensino Superior, servindo ainda como elemento de uniformização, a nível nacional, do funcionamento das instituições. Não obstante a pertinência do diploma, considera a Federação Académica de Lisboa que importa escrutinar o impacto e a atualidade do documento, subscrevendo o art.º 185 da Lei 62º/2007 de 10 de setembro, que assinala que a mesma deve ser objeto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor. A Federação Académica de Lisboa condena assim a postura de desresponsabilização do Estado no que toca ao cumprimento do prazo de avaliação deste documento.

Com a entrada em funções de um novo executivo e estando em curso um processo de avaliação ao Sistema Científico e de Ensino Superior, solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), dez anos após a última avaliação, devem os respetivos resultados ser adotados como guião para a redefinição do sistema, em particular da Lei em questão, conjuntamente com a transversalidade dos agentes de Ensino Superior, num debate plural e que contribua, conforme indicou o Ministro da pasta, “para abrir novas perspetivas para o desenvolvimento da Ciência e do Ensino Superior em Portugal”.

Ainda sobre esta matéria e em função do assinalado no capítulo VI do diploma em questão, importa escrutinar de forma rigorosa a significância da existência de instituições públicas de direito privado para o sistema e de que forma o alargamento das mesmas pode contribuir para a discriminação negativa das instituições que não auferem as condições necessárias para a implementação do modelo. Esta é uma condição que em muito preocupa a Federação Académica de Lisboa, que se revê na consideração do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de que não existem instituições a mais, mas sim estudantes a menos, considerando que é determinante desenhar e implementar políticas públicas de valorização das instituições de Ensino Superior,

esbatendo qualquer discriminação negativa consequente de modelos de financiamento ou atração de receitas.

É assim consideração de que o estudo requerido à OCDE por parte da tutela, e que estará concluído em 2018, constitui uma oportunidade fundamental para a revisão dos modelos de gestão e regulamentação orgânica das instituições de Ensino Superior, eliminando lacunas presentes no diploma em questão e estabelecendo condições para a harmonização das políticas vigentes com a conjuntura dos subsistemas de Ensino Superior e respetivas instituições.

Binariedade

A estrutura do Ensino Superior em Portugal organiza-se em dois subsistemas de ensino: universitário e politécnico. O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior estabelece distintas missões e âmbitos para os subsistemas Universitário e Politécnico.

De acordo com o n.º 1 do art.º 3º da Lei 62/2007, que estabelece a natureza binária do sistema de Ensino Superior, o mesmo posiciona o ensino universitário para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, concentrando-se o ensino politécnico especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente.

No que aos princípios gerais de cada subsistema diz respeito e citando, o documento assinala que as universidades, os institutos universitários e as demais instituições de ensino universitário são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental, e que os institutos politécnicos e demais instituições de ensino politécnico são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.

São, por consequência, evidentes as diferenças existentes entre os subsistemas, no que à sua natureza diz respeito. No entanto, com a procura dos subsistemas em abranger o maior número de áreas científicas, assiste-se a uma perda de identidade das instituições, por

consequência de uma oferta formativa difusa e pouco diferenciada entre si, o que resulta no lecionamento de formações de carácter politécnico em universidades e vice-versa, o que aumentou a competitividade entre ambos os subsistemas. Esta competitividade conduz muitas vezes a que estas diferenças se desvançam e que assim se atropelem as disposições regulamentares, conduzindo a situações de dupla oferta formativa e parca distinção entre os subsistemas. Assim, na consideração da Federação Académica de Lisboa, importa proceder a um debate plural, que inclua a totalidade dos agentes de Ensino Superior e que vise consolidar a diferença entre naturezas, âmbitos e missões, esbatendo a hierarquia estabelecida entre os subsistemas e garantindo a correspondência entre as áreas do conhecimento lecionadas e a natureza do subsistema de Ensino Superior.

Paralelamente, considera ainda que o debate, ao nível da binariedade, se prende com o esbatimento das desigualdades de financiamento entre os subsistemas, bem como com o incentivo à investigação, nomeadamente a investigação aplicada, potenciando uma relação estreita entre o sistema empresarial e os institutos politécnicos.

No que à conferência de graus em Universidades e Politécnicos diz respeito, a Federação Académica de Lisboa defende o alargamento de formações de 3º ciclo, conferentes de grau, às instituições de Ensino Superior Politécnico quando se encontrarem institucionalizadas as condições suprarreferidas, designadamente ao nível do financiamento, oferta formativa e atividade científica. Defende ainda a FAL que, com o mesmo enquadramento existente para a binariedade, também as formações de 3º ciclo devem ser indicadoras da vontade de um modelo de Ensino Superior estruturado na diferenciação e especialização, pelo que não deverá existir, quer ao nível da oferta formativa, quer ao nível da estrutura curricular, sobreposição de formações entre Universidades e Institutos Politécnicos, sendo para isso fundamental definir criteriosamente âmbitos e enquadramentos científicos e curriculares para ambos. Considera a FAL que só assim será possível incrementar qualitativamente as formações em ambos os subsistemas, esbatendo as discriminações negativas instaladas no sistema.

Consórcios entre instituições de Ensino Superior

A figura de consórcios, conforme descrito no RJIES, serve “Para efeitos de coordenação da oferta formativa e dos recursos humanos e materiais, as instituições públicas de Ensino Superior podem estabelecer consórcios entre si e com instituições públicas ou privadas de investigação e desenvolvimento.” Esta figura legal, efetivamente prevista, necessita de ser amplamente legislada para que seja possível a criação de consórcios no nosso país. No ano de 2015 foi apresentado, por parte do XIX Governo Constitucional, um projeto de decreto-lei com o propósito de criar os quadros gerais para que fosse possível proceder à criação de consórcios. Porém, lamentavelmente, este documento ficou aquém das expectativas das instituições e dos representantes estudantis, não contribuindo para melhorar a legislação vigente, sendo, para além disso, castrador da liberdade das instituições não promovendo o desenvolvimento de acordos entre as estruturas educativas, devido à necessidade da presença da tutela para a validação de inúmeras questões que deveriam pertencer exclusivamente às instituições.

A criação desta legislação, necessária para a consolidação dos mesmos, não se materializou por clara inoperância quer do anterior Governo quer das instituições. Esperamos que esta constitua também uma prioridade para o atual executivo pois a regulamentação legal criará condições para que as instituições construam sinergias que as fará obter ganhos significativos, não só ao nível das instituições de Ensino Superior como nas Unidades de Investigação e Desenvolvimento Científico. Estas condições serão facilitadoras de uma organização mais racional da oferta formativa, com criação de projetos conjuntos mais completos e capazes, constituindo uma excelente forma de gestão e partilha de recursos humanos docentes e não docentes bem como para estabelecer medidas de partilha de serviços e de recursos, como a ação social ou serviços científicos. Porém, para que tudo isto se torne uma realidade, é imperativo que o executivo não adie a criação de consórcios, concretizando urgentemente a regulamentação necessária para o efeito e que sejam concertados incentivos às instituições que visem a sua aproximação e união de esforços pelo desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal.

Regime Fundacional

Entre as modificações previstas pelo RJIES, destaca-se a possibilidade das instituições públicas de ensino universitário e politécnico optarem por aderir ao regime fundacional, transformando-as em instituições públicas com regime de direito privado. As primeiras instituições a adotar este regime foram o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade de Aveiro e a Universidade do Porto, no ano de 2007, motivados pelos benefícios que este estatuto representa, particularmente ao nível de maior autonomia administrativa e financeira, conferindo a liberdade de atuação continuamente desejada pelas instituições.

Em 2013 foi apresentado pelo executivo em funções a intenção de extinguir este modelo, substituindo-o por um modelo de autonomia reforçada, constante da proposta de revisão do RJIES avançada pelo, à data, Ministro da Educação e Ciência aquando da assinatura do protocolo de fusão entre as Universidades Clássica e Técnica de Lisboa. Esta intenção alarmou as instituições que se encontravam ao abrigo do modelo, numa clara demonstração da mais-valia que este regime significava para as mesmas. Já em 2015, o Ministro Nuno Crato recuou na intenção de rever o RJIES e reabriu o acesso ao regime fundacional. Com a entrada em funções do XXI Governo Constitucional, a adoção do regime fundacional recuperou o seu espaço, com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, a assinalar sucessivamente a significância do mesmo. Simultaneamente, a Universidade do Minho finalizou o seu processo de adesão ao regime fundacional, estando igualmente em perspetiva a inclusão da Universidade Nova de Lisboa nesta disposição. Nas três instituições que aderiram inicialmente, aquando da implementação do RJIES, foram celebrados contratos-programa que pressupunham o cumprimento de diversos objetivos e metas por parte das instituições e do Estado Português e previam investimentos em diversos eixos por parte de ambos os agentes. Após a passagem de quatro Governos Constitucionais e cinco anos de esforço considerável por parte das instituições aderentes, depois da conclusão do processo de avaliação à aplicação do regime fundacional e tendo recebido parecer positivo por parte das atuais universidades-fundacionais, verifica-se o cumprimento, em larga medida, do investimento previsto por parte das instituições de Ensino Superior e nenhum investimento por parte do Estado Português, conforme contratualizado.

Dada a nova conjuntura política e a entrada em funções de um novo

executivo, conhecedor dos objetivos dos contratos-programa e das universidades-fundacionais, e apesar de pretender alargar a abrangência deste regime na rede de instituições de Ensino Superior, é consideração da FAL que urge uma resposta à matéria supracitada, problemática esta que tem vindo a prejudicar a gestão e dependência financeira das instituições, bem como a abalar a confiança das mesmas no Estado. Assim, considera a FAL que o cumprimento dos valores previstos nos contratos estabelecidos deve ser regularizado pelo Estado com brevidade, sob pena de descredibilizar o regime-fundacional, designadamente junto das primeiras instituições a aderir ao mesmo.

Órgãos de governo e de gestão das instituições de Ensino Superior

A implementação do Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior, em 2007, introduziu significantes alterações na estrutura dos órgãos de governo e de gestão das instituições de Ensino Superior, por força das medidas previstas pelo diploma referido. A criação de um Conselho Geral por cada instituição, substituindo as Assembleias de Universidade, trouxe uma novidade para as instituições, introduzindo um polo de debate composto por representantes dos estudantes, docentes, investigadores e personalidades cooptadas, externas às instituições e abrindo possibilidade para a existência de representantes de funcionários não-docentes.

O Conselho Geral passou a posicionar-se como o principal Órgão de Gestão das instituições de Ensino Superior, competindo ao mesmo, entre outros, eleger o Reitor ou Presidente, em função da natureza da instituição, e aprovar os planos estratégicos de médio prazo e o plano de ação para o quadriénio do mandato do reitor ou presidente.

Cumprido o período de implementação do diploma e de o mesmo já estar plenamente institucionalizado no quotidiano das instituições de Ensino Superior, constata-se a existência de algumas fragilidades, justificando a necessidade de revisão do mesmo.

É consideração da Federação Académica de Lisboa que, na matéria suprarreferida, se verificam incongruências que carecem de revisão, designadamente ao nível da composição do Conselho Geral. No entendimento da Federação Académica de Lisboa, o órgão deverá ser constituído por um número ímpar de conselheiros, com a presença

de representantes de todas as tipologias existentes de agentes ativos na instituição de Ensino Superior. Deve também ser garantido que nenhuma categoria (funcionários; discentes; membros externos, sendo que a categoria funcionários compreende pessoal docente e pessoal não docente) de conselheiros será representativa de mais de 50% do total de membros. Defende-se ainda que a representação mínima dos estudantes seja de 25%, não podendo o número de representantes do corpo discente ser inferior ao número de representantes externos. Considera-se também que todas as categorias de profissionais da instituição devem ter representação em Conselho Geral, devendo o mesmo conter na sua estrutura pelo menos um investigador e um funcionário sem atividade científica.

Outro ponto fulcral que merece revisão é a alteração à atual duração do mandato do reitor ou presidente, de forma a que este não coincida com a eleição do Conselho Geral. Adicionalmente, o número de membros da equipa reitoral ou presidencial deve ser controlada em função da dimensão da instituição, do número de estudantes e funcionários (docentes e não docentes) da mesma e em função das receitas próprias e dispersão geográfica.

Outro assunto fraturante, discutido em sede de Conselho Geral, são os valores das propinas. É consideração da FAL ser prioritária a inclusão obrigatória dos representantes estudantis nesta discussão para que possam defender os seus interesses, devendo estes ter direito de voto. Ademais, os estudantes devem ter espaço junto dos órgãos deliberativos para que possam apresentar as suas reivindicações e sugestões para as suas instituições, mas também para o Ensino Superior na sua globalidade. Defendemos ainda que as Associações de Estudantes devem trabalhar em conjunto com o Conselho Pedagógico das suas Unidades Orgânicas ou instituições de Ensino Superior para que possam participar na discussão e contribuir para a mesma, sendo que neste caso não lhes seria conferido o direito de voto para não retirar a paridade ao órgão.

Por fim, relativamente à orgânica das instituições, a sua gestão deve ser a mais transparente, participada e democrática possível de forma a que não seja colocada em causa a fidedignidade dos seus representantes.

Provedor do Estudante

A figura do Provedor do Estudante encontra-se prevista no RJIES e a sua “ação desenvolve-se em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços da instituição, designadamente com os conselhos pedagógicos, bem como com as suas unidades orgânicas”, sendo que a criação desta figura não prejudicou cargos anteriormente criados pelas instituições de Ensino Superior com o mesmo propósito.

É consideração da FAL que a introdução da figura do provedor foi uma ótima medida pois iria tornar-se, teoricamente, num contributo para a sinalização de situações que devem ser alvo de apreciação das instituições. Porém, a realidade, infelizmente, encontra-se distante dos princípios pelos quais foi criado este cargo. Como tal, devem ser feitos esforços com vista à harmonização do cargo e à eliminação das diferenças de regimes atualmente existentes, tornando-o mais importante quer a nível institucional quer a nível nacional, afastando assim a atual perceção dos estudantes de que esta figura em nada auxilia ou melhora o funcionamento das instituições de frequência. No futuro deverá ainda ser revisto o disposto no RJIES no que à figura do Provedor do Estudante concerne, deixando claras todas as funções e condições inerentes ao cargo, nomeadamente ao nível da remuneração e da duração do mandato. É também significativa a imposição de exclusividade no cargo, não permitindo que o seu detentor acumule outras funções na Instituição de Ensino Superior que possam limitar a sua ação ou que cursem em conflito de interesses.

Racionalização da Oferta Formativa e Fixação de Vagas

Ao longo dos últimos anos, o debate em torno da racionalização da oferta formativa, da fixação das vagas e da uniformização das nomenclaturas associadas a cada área de estudos tem convocado a atenção dos agentes do Ensino Superior com elevada frequência. Sobre esta matéria, considera a FAL essencial que, dada a sua complexidade, o processo de revisão das mesmas seja uma vontade efetiva, sob a premissa de que os critérios de qualidade deverão ser o principal factor seriador da existência ou não de determinada formação.

Tendo por base critérios de qualidade, eficiência das instituições e

resultados obtidos pelas mesmas, defende a FAL que, em nenhum caso, a empregabilidade deverá ser critério suficiente para a extinção de um curso, área de estudos ou instituição. É imperativo que esta revisão deixe de ser impedida por interesses económicos e institucionais, particularmente no que toca ao financiamento. A dotação orçamental de acordo com o número de estudantes condiciona de forma estruturante a reorganização de *numerus clausus* e são os estudantes os principais prejudicados, sobretudo aqueles que ingressam no Ensino Superior ou no mercado de trabalho pela primeira vez. A necessidade de alteração desta realidade estabelece-se como premente, especialmente quando está em causa o defraude das expectativas dos candidatos ao Ensino Superior, causado por nomenclaturas desajustadas, ou até daquelas das entidades empregadoras, para as quais deixam de ser explícitos os perfis dos potenciais candidatos. Outro ponto extremamente importante a ter em conta é que a dispersão de instituições de Ensino Superior é necessária e essencial para o desenvolvimento das regiões. Não obstante, considera a FAL que, sempre que assim se justifique, devem ser reajustadas e reformadas formações que não apresentem os índices qualitativos mínimos necessários para o garante de um ensino de qualidade. É importante salientar que não se devem desperdiçar infraestruturas que sejam de qualidade apenas por não estarem nas áreas metropolitanas onde, normalmente, o número de candidatos é mais elevado.

O número de vagas também se tem revelado um problema ao longo dos anos. Para tal, considera a FAL que o número de vagas a atribuir deve ser definido com base em critérios objetivos, devendo a empregabilidade constar dos mesmos, sem no entanto ser um elemento restritivo à liberdade e criatividade científicas dos estudantes ou agentes de Ensino Superior. Por consequência, defende a FAL que a empregabilidade não pode ser critério exclusivo para a diminuição do número de vagas, considerando que apenas a qualidade formativa poderá justificar a intervenção, isto é, apenas em condições em que o número de estudantes seja um elemento penalizador para a transmissão de conhecimento se deverá intervir sobre o número de vagas, bem como em cenários em que a procura seja francamente inferior à oferta. No entanto, é posição estrutural para a Federação Académica de Lisboa que o número global de vagas no sistema de Ensino Superior público não deverá, em nenhuma circunstância, diminuir anualmente. É também importante que dados como a taxa de empregabilidade estejam acessíveis para os candidatos ao Ensino Superior e estejam atualizadas aquando do momento da candidatura.

Por fim, consideramos que não deva ser feita a migração dos dados das vagas de ano para ano e que se aposte numa reforma do sistema ao nível curricular, designadamente a partir da introdução da tipologia *major* e *minor*, em curso no sistema educativo norte-americano, como uma via para adequar as formações às necessidades sociais. No entanto, será importante que exista, paralelamente, um equilíbrio entre este objetivo e o cumprimento das expectativas dos estudantes, ao nível da formação e da apropriação do conhecimento *per si*, promovendo não apenas *Minors* do tipo *related to a Major*, mas também as *freestanding Minors*, o que permitirá aos estudantes aceder a áreas científicas distintas, alargando a sua base formativa e auferindo aos mesmos um maior leque de valências, sem no entanto restringir a sua liberdade e criatividade científicas.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Processo Bolonha

Acesso ao Ensino Superior

Regimes, Contingentes e Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior

Regimes Especiais de Acesso

Contingentes Especiais de Acesso

Concursos Especiais

Concurso de Acesso para Estudantes Internacionais

Diversificação e modernização curricular

Cursos Superiores Técnicos Profissionais

Avaliação de conhecimentos

Suplemento ao diploma

Mobilidade nacional e internacional de estudantes

Processo Bolonha

O objetivo principal do Processo de Bolonha foi o de criar o Espaço Europeu de Ensino Superior, introduzindo um sistema de educação compatível e passível de ser comparado à escala transnacional. Nos últimos anos o Ensino Superior Português tem vindo a sofrer alterações profundas na sua organização, sendo que ainda hoje algumas delas se encontram por concretizar, tanto parcialmente como na sua totalidade.

Após a implementação do novo modelo, informalmente em maio de 1998 com a declaração de Sorbonne e oficialmente com a Declaração de Bolonha em junho de 1999, foi definido um conjunto de etapas a cumprir pelos sistemas de Ensino Superior europeus, visando estabelecer até ao final da primeira década do novo milénio um Espaço Europeu de Ensino Superior globalmente harmonizado. Para este fim, a estratégia definida consistia em, salvaguardadas as especificidades nacionais, ser possível a um estudante de qualquer estabelecimento de Ensino Superior concluir a sua formação superior e obter um diploma europeu, reconhecido em qualquer instituição de ensino da transversalidade dos Estados- membro. Neste enquadramento, os sistemas de Ensino Superior europeus sofreram um processo de transformação, dotando-os de uma estrutura organizativa de base idêntica, com vista à implementação de uma cultura europeia de ciência e conhecimento mas sobretudo à formalização de um espaço europeu de Ciência e Ensino Superior, com capacidade de atração à escala europeia e intercontinental.

Em função do calendário estabelecido aquando da sua introdução, o processo de Bolonha já deveria estar consolidado na sua plenitude. No entanto ainda assistimos a grandes resistências no que toca a sua eficiência e efetividade nos seus resultados e nas medidas executadas. Considera-se por isso urgente iniciar um processo de avaliação que justifique as alterações e críticas, procurando fazer uma análise esclarecedora acerca das mudanças efetuadas e quais os impactos positivos e os problemas detetados.

Portugal foi um dos primeiros países signatários da Declaração de Bolonha, tendo sido também um dos primeiros países a anunciar a reforma como implementada. Os estudantes e docentes ao longo destes vários anos têm colocado em causa a real implementação do processo, afirmando que as principais diferenças atualmente existentes prendem-se em meras alterações formais faltando a principal alteração relacionada com o paradigma do ensino e aprendizagem, preponderantes para o

sucesso deste processo. As constantes trocas de acusações entre tutela e instituições de Ensino Superior sobre a atribuição de culpa acerca dos problemas detetados na implementação do processo de Bolonha fez com que se perdesse tempo de análise, essencial para o Ensino Superior e para os estudantes que o compõem, tendo-se tirado o foco do principal objetivo de Bolonha: a reforma do Ensino Superior. É de salientar que muitas das alterações mais significativas se têm devido à motivação de algumas instituições, docentes, dirigentes e estudantes para discutirem este tema insistentemente, procurando forma de tornar o Ensino Superior adaptado aos novos paradigmas.

É sabido que o ECTS representa uma unidade horária de trabalho e que corresponde a 28 horas de trabalho para um aluno médio. Sendo as unidades de quantificação o esforço e o resultado da aprendizagem, seria possível efetuar uma comparação não só entre instituições como entre cursos e graus. No entanto, verifica-se atualmente uma regularização da nomenclatura, número de graus e uniformidade no que diz respeito ao número de ECTS a que corresponde cada unidade curricular e ao somatório resultante por ano letivo, perfazendo um total de 60. Na realidade, a relação entre a carga horária total de trabalho e o número de ECTS está desadequada devido a um paradigma pedagógico inalterado e que deveria visar a autonomização dos estudantes no seu percurso, tornando da sua total responsabilidade os resultados que advêm do seu trabalho.

O objetivo de fortalecer a mobilidade e internacionalização da educação com o princípio base que “fortalece as pessoas e as ideias como base de uma sociedade e economia de conhecimento”, referido no Decreto-lei n.º 341/2007, sobre o Reconhecimento de Qualificações Estrangeiras, não é concretizado uma vez que a realidade demonstra que essa transformação ocorreu numa divisão meramente aritmética e cega do número de ECTS por unidades curriculares num semestre, subvertendo os princípios estabelecidos e minimizando o impacto das transformações.

Tal só poderá ser possível, estabilizado e atingido com mecanismos rigorosos de garantia de qualidade e de avaliação do Ensino Superior com transparência, governação e conhecimento de graus. Considera a Federação Académica de Lisboa que o Espaço Europeu de Ensino Superior não pode ser atingido sem que se definam objetivos mínimos e claros de integração e compromisso, fortalecendo não só os princípios de autonomia e liberdade mas também a responsabilização das instituições de Ensino Superior.

Contrariamente ao princípio proposto inicialmente, a implementação do Processo de Bolonha não se fez acompanhar da criação de um quadro de equivalências europeu no que diz respeito às competências adquiridas em cada formação ministrada pelas instituições de Ensino Superior. Deve, por conseguinte, ser priorizada a sua implementação a fim de desconstruir as problemáticas atualmente verificadas quanto à equivalência entre unidades curriculares para os estudantes inseridos em programas de mobilidade, assim como uma correspondência clara e personalizada do percurso académico realizado por um estudante em mobilidade.

Um dos pontos prioritários onde mais resistência à mudança se verificou, sobretudo causada pelos docentes, atrasando assim a afirmação do Processo de Bolonha no nosso país, foi a manutenção apenas a nível da adequação administrativa dos ciclos de estudo, desvirtuando os pressupostos iniciais de Bolonha para se implementarem reformas internas e criando mitos muitas vezes atribuídos ao processo.

Sendo os estudantes responsáveis pelo seu próprio ensino, isto não retira aos docentes esse papel. Pelo contrário, estes passam a ter o papel fundamental de tutores e mentores dos estudantes no caminho do ensino baseado no conhecimento e nesse resultado final. Ou seja, existem objetivos de aprendizagem que devem ser atingidos, quer tenham sido adquiridos dentro ou fora da sala de aulas. Muitas vezes, este comprometimento do estudante é interpretado como desresponsabilização dos docentes, usurpando o significado de ter um ensino centrado no estudante.

A resposta a esta questão implica uma formação pedagógica dos docentes de forma continuada para que estes saibam agir com espírito de integração e motivação dos estudantes. Poucas foram as reformas neste campo e as ferramentas usadas, muitas vezes desatualizadas, mantiveram-se inalteradas quanto à sua lógica anterior. Só com essa consciência conseguiremos também atingir outros dos pontos importantes do Processo de Bolonha, como a aprendizagem ao longo da vida, onde seja certo que o conhecimento previamente adquirido seja validado e acreditado, permitindo que qualquer pessoa, de qualquer classe social ou idade, ingresse no Ensino Superior, sendo-lhe garantida a sua experiência numa dimensão social mais próxima da realidade, eliminando barreiras para os estudantes e aumentando a diversidade da população.

É por isso imperativo que as instituições de Ensino Superior cooperem entre si, unindo esforços para que as reformas se concretizem e Bolonha constitua uma realidade em Portugal, mantendo-se a necessidade de analisar e implementar o processo face à estagnação consecutiva,

vislumbrada nos anos transatos.

Em matéria de avaliação, importa analisar rigorosamente os pressupostos assumidos, debatendo questões como a utilidade e funcionamento dos ciclos integrados e a sua limitação ao subsistema universitário. Simultaneamente, devem ser criados mecanismos de correção às alterações efetuadas quando estas não cumprem os propósitos para o qual foram criados.

É importante incluir os estudantes na discussão e na avaliação dos processos implementados, sendo as instituições obrigadas a elaborar relatórios anuais, que devem ser públicos e analisados, bem como devem incluir a apresentação de propostas de resolução dos problemas pelos órgãos competentes, definindo-se a relação entre a carga de trabalho e ECTS de cada uma das suas unidades curriculares de todos referentes ao ano letivo 2017/18.

Relativamente ao paradigma pedagógico, considera-se que compete às instituições delinear prioritariamente estratégias, de forma a alterá-lo e tendo como foco da sua ação os estudantes e o seu trabalho, promovendo os cursos com *e-learning* e *b-learning* de forma a fomentar o sucesso académico e fortalecendo os princípios de autonomia e liberdade das instituições de Ensino Superior. Considera ainda a FAL ser fundamental que a reforma operada neste campo se expanda às metodologias de ensino-aprendizagem, cumprindo as motivações para o alargamento da base social e dos públicos do Ensino Superior. Para tal, considera-se determinante a introdução/alargamento da formação à distância, em particular por via dos MOOC – *Massive Open Online Courses*, sistema profundamente institucionalizado no sistema educativo Norte-Americano e assumido como referencial para o acesso transversal ao conhecimento.

É urgente que Portugal estabeleça esforços para que se implemente, na sua totalidade, o Processo de Bolonha ou ficará aquém dos demais sistemas de ensino europeu e terá falhado numa das mais profundas alterações implementadas no ensino a nível europeu. Importa ainda que não se perca a visão e pressuposto inicial do Processo de Bolonha de 1999 e, aproveitando a revisão dos *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*, atualizados em 2015, de todas as linhas orientadoras de um ensino justo, transparente e comparável, para que sejam atingidos e definidos objetivos mínimos e claros de integração e compromisso.

Acesso ao Ensino Superior

O acesso ao Ensino Superior público em Portugal realiza-se com recurso a um concurso público, realizado com base em classificações, dependentes necessariamente da realização de exames de carácter nacional. Este modelo, absolutamente dependente do Ministério da Educação, espelha a limitada relação, quer do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quer das próprias instituições de Ensino Superior. Defende, por consequência, a FAL que qualquer alteração aos critérios de definição do acesso ao Ensino Superior devem ser estabelecidas em estreita relação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Este concurso, caracterizado por princípios de seriação, organiza hierarquicamente os candidatos em função das classificações obtidas no Ensino Secundário, acrescentando uma determinada ponderação resultante da classificação obtida nas provas nacionais específicas para a área de formação a que o estudante se pretende candidatar, implicando a obtenção de uma classificação mínima de 9,5 valores nas mesmas.

Primeiramente, considera-se necessário que a avaliação levada a cabo pelo Ministério da Educação assuma um carácter contínuo, adicionando ao atual momento de avaliação nacional, designado de Exames Nacionais, outros existentes ao longo do triénio de ensino secundário, como provas intermédias de carácter sumativo, realizadas no final de cada ano letivo. Deste modo é diluída a importância excessiva da prova final de ciclo, dando lugar a uma avaliação contínua dos conhecimentos adquiridos, adequando-se assim com as correntes políticas de avaliação vigentes no Ensino Superior. Assim, considera a FAL que o modelo a adotar no acesso ao Ensino Superior deverá contemplar duas tipologias de avaliação - contínua e exame final - com influência na ponderação da nota de candidatura.

No que ao foco central dos critérios de seriação entre candidatos diz respeito, considera a FAL que a metodologia concursal deve manter-se como o modelo em aplicabilidade. No entanto, e em função da consideração de alargamento dos públicos do Ensino Superior, considera-se que poderão ser encontrados elementos de ponderação adicionais, designadamente ao nível das competências complementares ou *soft skills*, hoje profundamente enraizadas em processos de candidatura a 2º e 3º ciclos de estudo ao nível do Ensino Superior, sendo inclusivamente considerados em processos de candidatura ao Concurso Nacional de

Atribuição de Bolsas de Doutorado por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Esta e outras condições específicas sobre metodologias de acesso ao Ensino Superior merecem a consideração de que é prioritário o escrutínio sobre o regime, justificado com a cada vez maior diversificação apresentada pelos candidatos a este sistema de ensino.

No que ao acesso ao Ensino Superior diz respeito, de acordo com a Lei nº 46/86, de 14 de outubro, que estabelece as Bases do Sistema Educativo, alterada pelas Leis nº 2115/97, de 19 de setembro e nº 49/2005, de 30 de agosto, o sistema de Ensino Superior e a sua ocupação está assente em *numerus clausus*, estabelecidos anualmente por cada instituição de acordo com os seus recursos. Contudo, em determinadas exceções, tal princípio é desrespeitado, sendo as instituições condicionadas pelas imposições emanadas do Ministério que tutela o Ensino Superior. Assim, fica definido um conjunto limite de vagas em cada curso, sendo colocados os candidatos com os melhores resultados em cada um até que se esgotem a totalidade das vagas disponíveis, sendo seriados de acordo com critérios públicos, conhecidos e amplamente divulgados, o que torna objetiva e transparente a seriação dos candidatos, baseada exclusivamente nos seus resultados académicos. Esta transparência apresenta como vantagem o modelo ser facilmente escrutinado pela sociedade, percebendo o contribuinte, que financia o Ensino Superior através dos seus impostos, a razão de determinado estudante ser colocado num determinado ciclo de estudos em detrimento de um outro que tem uma classificação de acesso inferior. Certo é que nenhum dos possíveis modelos se apresentará perfeito, mas face a uma análise séria das vantagens e desvantagens dos vários modelos disponíveis entende-se que a forma como hoje se articula o acesso está ajustada à realidade social nacional.

Apesar da concordância geral com as regras do acesso atuais, entende-se importante reforçar alguns pontos e justificar a necessidade de algumas alterações, considerando a FAL que o sucesso alcançado pelo estudante no acesso ao sistema de Ensino Superior deverá continuar a depender exclusivamente do seu desempenho, não sendo excluída a possibilidade de uma reforma do modelo de seriação com vista a contabilizar competências adquiridas - não existindo espaço para diferentes condições de acesso entre os subsistemas, como via para garantir a extinção de fenómenos de hierarquização entre subsistemas. Não obstante, considera-se importante assegurar a manutenção de nota mínima de 9,5 valores na atual escala, no caso da prova nacional específica.

No que a condições de frequência e sucesso académico diz respeito, defende a FAL o alargamento do número de opções de pares estabelecimento-curso que o candidato ao Ensino Superior poderá seleccionar na sua candidatura. Entende-se que a limitação existente no concurso nacional de acesso relacionada com a colocação de apenas seis opções de pares estabelecimento-curso está desajustada da realidade. No passado, o custo processual das candidaturas serem realizadas em formato de papel exigia que um limite menor fosse necessário no sentido de dar resposta em tempo útil às candidaturas. No entanto, com a informatização de todo o processo, tal limitação mais baixa deixa de fazer sentido, ainda mais pelo facto de existirem casos de exclusão de estudantes do ciclo de estudos pretendido devido a esta limitação processual, apesar do mérito nas classificações obtidas. Assim, propõe-se o aumento das atuais seis para dez opções de pares estabelecimento-curso que o candidato pode inserir a fim de ingressar no Ensino Superior, aumentando a justiça no acesso a um sistema regulado por *numerus clausus* e com cursos similares, dispersos nacionalmente em alguns casos, muito superior a apenas seis opções diferentes.

A acompanhar esta medida, considera-se fundamental a criação de um catálogo com a denominação possível para cada curso de formação inicial, no sentido de simplificar e aumentar a compreensão, quer por parte dos candidatos ao Ensino Superior, quer por parte das entidades empregadoras. No que diz respeito à oferta formativa disponível, existe uma enorme confusão nas variadas denominações dos cursos de formação inicial, uma vez que para a mesma área de estudos e para cursos uniformes com planos de estudo semelhantes se apresentam nomes diferentes que podem não refletir a proximidade do tipo de formação entre instituições de Ensino Superior. Em casos como licenciaturas em engenharia, gestão ou química existe uma panóplia de diferentes nomes e designações que não justificam a variedade, tantas vezes inexistente. É necessário, no sentido de simplificar e aumentar a compreensão, quer por parte dos candidatos ao Ensino Superior, quer por parte das entidades empregadoras, criar o referido catálogo com a denominação para cada curso de formação inicial. Este processo, que tem de ser amplamente participado pelas instituições de Ensino Superior, deve ser despoletado no sentido de ser possível uniformizar os nomes dos cursos, o que permitirá diminuir a confusão dos candidatos ao Ensino Superior e alargar a compreensão dos empregadores sobre os perfis de formação que são ministrados no Ensino Superior nacional no que diz respeito às áreas de

estudo que pretendem incorporar nas suas empresas e negócios.

Por último, a Federação Académica de Lisboa salvaguarda a importância da manutenção do modelo de exames nacionais, bem como a sua gratuidade, defendendo que a transição entre dois níveis de ensino inseridos no sistema de ensino público português não pode, em nenhuma condição, limitar ou hierarquizar a submissão de candidaturas em função da condição socioeconómica dos estudantes ou dos seus agregados familiares.

Regimes, Contingentes e Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior

O acesso ao Ensino Superior em Portugal ocorre sob os termos de seis regimes e concursos distintos, cujos princípios de elegibilidade estudantil e metodologia de candidatura se estabelecem intrinsecamente relacionados com as condicionantes sociais, intelectuais e diplomáticas da população estudantil abrangida pelos mesmos. Neste contexto, estabeleceu-se um regime geral, no qual todos os candidatos estão inseridos, e uma determinada quota destinada à comunidade estudantil que, do ponto de vista do legislador, não se encontra numa posição que lhes permita concorrer com os restantes de uma forma paritária e que, como tal, devem ser abrangidos por regimes especiais. Constata-se, então, a existência do Regime Geral (Decreto-lei n° 296-A/98), Regimes Especiais (Decreto-lei n°393-A/99), Concursos Especiais (Decreto-lei n°113/2014), nos quais se inclui o concurso para titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, titulares de diploma de especialização tecnológica, titulares de diploma técnico superior profissional, titulares de outros cursos superiores e, adicionalmente, Concurso Especial para Acesso ao Curso de Medicina por Titulares do Grau de Licenciado (Decreto-lei n°40/2007), Concurso Especial de Acesso para Estudantes Internacionais (Decreto-lei n° 36/2014) e Concurso de Acesso a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Decreto-lei n° 43/2014). Embora, na sua globalidade, se avalie como adequado o enquadramento dos regimes de ingresso e acesso, tal perceção não é transversal à totalidade dos regimes e concursos previstos, sendo concomitantemente identificadas fragilidades no que concerne à universalidade da metodologia de candidatura e colocação adotada que poderão questionar

o reconhecimento do mérito académico e, em última instância, o Princípio da Igualdade, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Regimes Especiais de Acesso

O acesso ao Ensino Superior em Portugal prevê a existência de regimes especiais de ingresso e acesso, regulamentados no artigo 12º da Lei de Bases do Sistema Educativo e definidos no Decreto-Lei nº 393-A/99 de 2 de outubro, sob os princípios da democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades e objetividade dos critérios utilizados para a seleção e seriação dos candidatos. Nestes termos, são estipulados regimes especiais de acesso destinados a funcionários portugueses de missão diplomática portuguesa no estrangeiro e respetivos familiares, cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro e respetivos familiares, oficiais do quadro permanente das Forças Armadas Portuguesas, estudantes bolseiros nacionais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (no quadro dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português), funcionários estrangeiros de missão diplomática acreditada em Portugal e seus familiares aqui residentes, atletas praticantes com estatuto de alta competição, e naturais e filhos de naturais do território de Timor Leste.

Embora se adeque a contingência de 10% das vagas aprovadas para o concurso nacional, local ou institucional, de acesso em cada par estabelecimento/curso para o conjunto de regimes especiais, não se corrobora a excedência do limite definido mediante autorização da Direção Geral de Ensino Superior na situação em que o número de candidatos for superior ao número de vagas. Neste caso, deverá a seriação dos candidatos ser realizada nos moldes previstos para a colocação de estudantes de acordo com o Regime Geral de Acesso, nomeadamente à luz da ponderação entre a respetiva equivalência ao aproveitamento escolar contínuo, prestação em exames de acesso e distribuição dos candidatos de acordo com uma listagem hierarquizada das suas preferências para par estabelecimento/curso.

Não se poderá considerar equitativa a candidatura ao Ensino Superior nacional de estudantes cuja base de admissão académica se prenda exclusivamente com o aproveitamento na formação anterior requerida, quer equivalente a Ensino Secundário ou a outro de ciclo de estudos. Tendo em linha de conta a democraticidade e universalidade do sistema

educativo, deverá a Direção Geral do Ensino Superior implementar provas nacionais, de caráter eliminatório, critérios objetivos de avaliação e anuais, a realizar por qualquer estudante abrangido por um dos regimes especiais descritos, tal como verificado em diversos sistemas educativos estrangeiros para efeitos de acesso ao Ensino Superior, e cuja classificação seja ponderada percentualmente na candidatura, por forma a potenciar a igualdade de ingresso relativamente aos estudantes candidatos sob o Regime Geral de acesso.

Em última instância, tendo em conta que a última atualização dos regimes especiais de ingresso e acesso é datada de 1999, é consideração da Federação Académica de Lisboa que deverá ser reavaliada a sua pertinência no que diz respeito ao seu enquadramento diplomático, protocolar, militar e fruto da representação nacional desempenhada pelos cidadãos abrangidos. Apenas o desenvolvimento de uma investigação subordinada às condicionantes do Concurso Nacional de Acesso, desigualdades sobre as infra-estruturas e rácios tutor/estudante e comparação entre programas curriculares adotados nas regiões geográficas englobadas pelos regimes descritos poderá sustentar a sua manutenção ou atualização, que se mantém inalterada há quase 20 anos.

Contingentes Especiais de Acesso

A primeira fase do Concurso Nacional de Acesso contempla a existência de contingentes especiais, para além do contingente geral, aos quais são afetas determinadas percentagens de vagas, destinadas aos candidatos que cumpram as condições de cada contingente, nomeadamente para os candidatos oriundos das Regiões Autónomas da Madeira e Açores, aos quais são afetas adicionalmente 3.5% das vagas fixadas para a primeira fase do concurso nacional por cada um dos contingentes, candidatos emigrantes portugueses e familiares que com eles residam, aos quais são afetas adicionalmente 7% das vagas, militares em regime de contrato, aos quais são afetas adicionalmente 2.5% das vagas, e portadores de deficiência física ou sensorial, aos quais são afetas adicionalmente 2% das vagas.

De igual modo, é urgente a revisão dos contingentes especiais previstos e respetiva ocupação percentual nas vagas no Ensino Superior nacional. Para esta avaliação, considera-se que, além da verificação do funcionamento dos contingentes no concurso nacional de acesso e desigualdades sobre

as infra-estruturas e rácios tutor/estudante, deverá também ser efectuada uma posterior comparação com as classificações dos exames nacionais de acesso ao Ensino Superior que permita validar a implementação de uma contingência especial de vagas com base na precariedade do sistema de ensino básico e secundário, facto que sustentou a criação do contingente especial para estudantes oriundos das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Concursos Especiais

Os concursos especiais de acesso e ingresso, previstos no Decreto-Lei nº 113/2014, destinam-se a candidatos com situações habilitacionais específicas, particularmente estudantes aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, titulares de um diploma de especialização tecnológica, titulares de um diploma de técnico superior profissional e titulares de outros cursos superiores. Quanto ao concurso especial para candidatos maiores de 23 anos, é consideração de que deverá ser submetida uma avaliação de todo o processo de acesso e ingresso no Ensino Superior, tendo em conta que as provas especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior se têm apresentado como constantes limitações no processo de candidatura, quer no que diz respeito à data de inscrição, quer no que concerne à divulgação dos resultados obtidos pelos candidatos. É por isso considerada necessária uma uniformização do processo de candidatura e acesso, cujas datas sejam estabelecidas de forma uniforme para todas as Instituições de Ensino Superior e divulgadas antes do início do ano letivo. É ainda considerado pertinente que o processo de candidatura e ingresso no Ensino Superior para os candidatos maiores de 23 anos se realize paralelamente ao concurso nacional de acesso ao Ensino Superior. Por fim, deverão também as Instituições divulgar as vagas, por oferta formativa, disponíveis para este processo especial de candidatura em tempo útil e antes do agendamento das provas de conhecimentos. A substituição progressiva do concurso especial para titulares de um diploma de especialização tecnológica pelo concurso de acesso a cursos técnicos superiores profissionais encontra-se intrinsecamente dependente da implementação bem-sucedida do segundo. Porém, são atualmente identificadas diversas fragilidades no que aos cursos

técnicos superiores profissionais diz respeito, pelo que apenas será validada a reposição supracitada mediante correção das mesmas. O Diploma que estabelece os concursos especiais inclui ainda o concurso especial para titulares de outros cursos superiores que abrange os titulares do grau de bacharel, licenciado, mestre ou doutor sendo que estes se podem candidatar a qualquer ciclo de estudos de licenciatura e integrado de mestrado. Em paralelo, verifica-se a existência do Concurso Especial de Acesso ao Curso de Medicina por Titulares do Grau de licenciado (Decreto Lei nº40/2007), que por sua vez tece uma realidade única no Ensino Superior português, particularmente através da obrigatoriedade do acréscimo de 15% do número de vagas do contingente geral anual. É facto que o primeiro não obriga as instituições de Ensino Superior a estabelecer uma percentagem mínima de acréscimo de vagas para acesso a titulares de outros cursos superiores, apesar de esta obrigatoriedade ser já estabelecida para o concurso especial para candidatos maiores de 23 anos, sendo que o número de vagas para este efeito não pode ser inferior a 5% do número de vagas fixado para o regime geral de acesso para o conjunto dos ciclos de estudos de cada instituição. A criação da exceção no acesso ao curso de Medicina foi sustentada pela necessidade de interação entre áreas científicas como física, biologia, química, humanidades e direito para implementação de uma investigação biomédica bem-sucedida no território nacional. Adicionalmente, é consideração da FAL que a interação entre distintos setores de conhecimento enriquece qualquer área de estudos, prática esta amplamente difundida a nível internacional. Desta forma, é parecer da FAL que deverá ser avaliada a implementação deste concurso especial bem como a pertinência do seu alargamento às restantes áreas do conhecimento, em particular através do estabelecimento da obrigatoriedade do acréscimo do número de vagas do contingente geral para titulares de outros cursos superiores, contribuindo assim para um alargamento da base de acesso ao Ensino Superior e para o desenvolvimento científico das instituições de Ensino Superior e do país.

Concurso de Acesso para Estudantes Internacionais

O Decreto-Lei nº 36/2014 veio regulamentar o Estatuto do Estudante Internacional, com vista ao reforço da captação de estudantes estrangeiros para aumento da utilização da capacidade instalada nas instituições e

potenciar novas receitas próprias, que poderão ser aplicadas no reforço da qualidade e na diversificação do ensino ministrado. O mesmo diploma veio regular o concurso especial de acesso para esta comunidade estudantil, cujo acesso ao Ensino Superior nacional será feito exclusivamente sob este mecanismo, para o qual o número de vagas fixadas será definido pelas instituições, e determinar a fixação de propinas diferenciadas tendo em consideração o custo real da formação ministrada e sem que sejam inferiores à propina máxima fixada pela lei para o ciclo de estudos em causa.

Constituindo o respetivo concurso especial uma medida efetivamente positiva para a internacionalização do Ensino Superior, não poderá a mesma ser considerada em todas as suas vertentes como vantajosa em relação aos nossos pares europeus, nos quais o custo de frequência dos estudantes no Ensino Superior se tem verificado progressivamente gratuito. De modo semelhante, não se poderá constatar que as instituições de Ensino Superior portuguesas se encontrem globalmente adequadas à receção de estudantes internacionais pelos escassos apoios promovidos nos domínios linguísticos e culturais. Por conseguinte, e sob os termos do Decreto-lei que rege o respetivo concurso especial, importa proceder à avaliação do presente diploma no último trimestre de 2016, a par da implementação de regulamentos e apoios internos nas Instituições, sob o propósito de efetivar através deste concurso a atratividade do Ensino Superior português na esfera mundial.

Diversificação e modernização curricular

As transformações ocorridas ao nível do tecido social português, no decurso das últimas décadas, refletiram-se em impactos estruturais na realidade do sistema de Ensino Superior, quer ao nível das missões, quer ao nível dos públicos. O alargamento do acesso ao Ensino Superior, a diferenciação entre a origem e condição social dos seus públicos e a crescente importância da educação e, em particular, da formação superior, quer como veículo de mobilidade social ascendente, tese suportada por diversos estudos de referência dos quais se destacam o *Education at a Glance*, da responsabilidade da OCDE, quer como incentivo ao desenvolvimento de uma sociedade intrinsecamente estruturada em relação com o conhecimento, implica que sejam operadas transformações estruturais no quadro das metodologias de formação, tanto ao nível das

práticas, como ao nível dos currículos formativos.

A Federação Académica de Lisboa considera por isso que cabe atualmente às universidades e institutos politécnicos portugueses a função de formar cidadãos com elevado espírito crítico e capacidade de intervenção em matérias fundamentais do quotidiano, incentivando uma metodologia de formação estruturada em princípios de alargamento das dimensões do saber, criatividade científica e inovação, bem como de construção coletiva de conhecimento entre docentes e discentes, contrariando as metodologias clássicas, sustentadas nas ciências fundamentais e na transferência de conhecimento.

Face ao contexto, considera-se que o estímulo à experimentação de áreas científicas complementares deve ser parte integrante do currículo formativo dos estudantes do Ensino Superior, defendendo a FAL o estabelecimento de um leque de unidades curriculares de carácter optativo, definidas com base em ramos da área científica em questão, bem como na definição de um número de ECTS destinado à experimentação de áreas científicas distintas, de grau não superior e existentes na oferta formativa da instituição de frequência, auferindo ao estudante a possibilidade de experimentar áreas do conhecimento distintas da sua formação de origem.

Paralelamente e considerando-se fundamental a relação entre a componente curricular e a componente de investigação, a Federação Académica de Lisboa defende a implementação de uma unidade curricular obrigatória, optativa ou superlativa em todas as formações existentes em instituições de Ensino Superior público, de iniciação à investigação científica ou de métodos e técnicas de investigação na área disciplinar em questão.

Em sentido paralelo, é ainda consideração de que a modernização e reforma dos planos de estudos deve extrapolar o espaço físico das instituições. Em concordância com as propostas presentes no Processo de Bolonha, considera a FAL determinante proceder ao alargamento do atual modelo de creditação de percursos não académicos ao nível das componentes curriculares das formações superiores, em particular no que diz respeito ao percurso profissional para um regime em que as competências não formais possam obter similar consideração. Este enquadramento é particularmente relevante no que concerne a competências adquiridas, auferindo ao estudante a possibilidade de não duplicar esforços para uma matéria em que a sua competência pode ser validada por meio de uma avaliação, sem que para isso tenha de

cumprir a componente formal da mesma. Acredita-se que a pluralidade de mecanismos de aquisição de conhecimento e competências, diretas ou transversais, constitui uma importante valorização para o sistema de Ensino Superior, sendo para isso fundamental estabelecer premissas que valorizem formalmente a diferenciação de percursos e currículos entre estudantes do Ensino Superior, aumentando a abrangência e a especialização dentro do sistema.

Cursos Superiores Técnicos Profissionais

No início de 2014, por iniciativa do Ministério da Educação e Ciência, foram regulamentados os Cursos Técnicos Superiores Profissionais, apresentados como modelo de ciclos curtos de formação superior. Estes cursos foram criados como resposta às premissas que motivaram o estabelecimento de um espaço europeu de Ensino Superior, assente numa lógica de comparabilidade e reconhecimento mútuo das formações nacionais, que se adaptaram para o efeito, tendo como referência comum o *European Qualification Framework*. Em Portugal, tal objetivo, uma vez feitas as adaptações legislativas e institucionais necessárias, está vertido no Quadro Nacional de Qualificações, aprovado pela Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho. Segundo a referência europeia, aos três graus de Ensino Superior definidos no âmbito do Processo de Bolonha podem acrescentar-se ciclos curtos de Ensino Superior, como parte integrante do 1.º ciclo de Ensino Superior ou a ele especialmente ligados. Não obstante nunca terem sido definidos em Portugal os referidos ciclos curtos, foram estabelecidos os Cursos de Especialização Tecnológica, pelo Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, cursos considerados de formação pós-secundária não superior, correspondendo ao nível 5 e aos ciclos curtos no Quadro Nacional de Qualificações, articulados com o 1º ciclo do Ensino Superior por garantirem uma total creditação da formação ministrada na licenciatura correspondente. Mereceu por isso críticas a implementação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais e a consequente extinção dos Cursos de Especialização Tecnológica, por representarem um retrocesso num processo já consolidado e por quebrarem a ligação às formações de 1º ciclo correspondentes.

O processo mereceu ainda críticas por não corresponder ao modelo de uniformização do espaço europeu, designadamente em matéria de avaliação. As bases em questão, fixadas no diploma *European Standards and Guidelines*, que, entre outros padrões, fixa a necessidade de a avaliação

da qualidade dos ciclos de estudo de Ensino Superior ser assegurada por agências próprias que, independentemente do seu caráter público ou privado, apresentem um grau de autonomia suficiente para prosseguir a sua atividade de forma independente do Governo e das instituições de Ensino Superior, não podendo estes produzir qualquer influência direta ou indireta nos resultados das avaliações. Considerou-se à data que a definição prevista para os Cursos Técnicos Superiores Profissionais estabelece um grave precedente, ao colocar em causa o sistema de avaliação da qualidade do Ensino Superior português (definido pela Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), ao serem avaliados pela Direção-Geral do Ensino Superior, organismo de dependência direta do governo, contrariando as premissas estabelecidas nos padrões de referência europeias, que atribuiria a responsabilidade pela sua avaliação à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Em função destas e de outras críticas, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior abriu um processo de revisão do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que estabelece o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e, adicionalmente, o Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, que regula os concursos especiais para acesso e ingresso no Ensino Superior. O projeto em questão apresentava como objetivos a integração plena dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais no contexto do Ensino Superior, eliminando os obstáculos identificados na progressão dos seus diplomados para os cursos de 1º ciclo do Ensino Superior, com vista a re-uniformizar as práticas na definição de ciclos curtos de formação com o modelo harmonizado a nível europeu.

Em primeiro lugar, merece a concordância da Federação Académica de Lisboa a introdução da obrigatoriedade do 12º ano completo para a frequência destes cursos, eliminando regimes de acesso privilegiado que penalizavam fortemente o reconhecimento social dos cursos em questão e que os colocava numa grave posição de inconformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelecida pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro e sucessivas alterações, por admitir o acesso e ingresso no Ensino Superior, neste modelo de formações, sem que estivessem garantidos os requisitos e princípios base do acesso e ingresso no Ensino Superior, designadamente a exigência da conclusão do Ensino Secundário ou equivalente como requisito para o acesso ao ensino superior, sem prejuízo dos regimes de exceção estabelecidos na Lei em questão.

Merece ainda consideração positiva o facto de ser eliminado o regime de provas de acesso no momento de transição para uma licenciatura, designadamente por aumentar o reconhecimento do ciclo de estudos

como formação institucionalizada e por permitir também alargar a base social do Ensino Superior, componente determinante para o sucesso deste programa.

No que a matéria de ação social, quer direta, quer indireta, diz respeito, revê-se a Federação Académica de Lisboa na proposta atualmente em vigor, ao equiparar os estudantes dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de todas as demais formações constantes na formação superior, auferindo aos mesmos o acesso aos mecanismos previstos para este fim.

Não obstante, considera a FAL que fica por assegurar a independência dos processos de avaliação, condição essencial de acordo com diretrizes europeias e com a própria legislação nacional, recomendamos à tutela que a avaliação externa dos CTSP seja realizada por uma entidade independente, como acontece no caso de todos os demais ciclos de estudos, no âmbito da atuação da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Defende-se, por isso, a implementação desta metodologia com vista a garantir a uniformização das formações de Ensino Superior em Portugal e a valorização deste modelo formativo como via para o alargamento da participação pública e reconhecimento social do mesmo.

Avaliação de conhecimentos

A avaliação de conhecimentos, na consideração da Federação Académica de Lisboa, carece de regulamentação nacional, sintoma presente em diferentes dimensões do sistema de Ensino Superior, conforme assinalado no presente documento. Destaca-se, nesta dimensão, a importância da implementação de processos de avaliação uniformizados e harmonizados a nível nacional, potenciando por esta via a transparência e coerência face às exigências da formação.

A disparidade entre Regulamentos de Avaliação de Conhecimento e Competências nas várias instituições de Ensino Portuguesas é validada pela autonomia pedagógica que lhes é afeta, de acordo com o Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior (Lei nº62/2007). A autonomia em análise materializa-se na capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos, tarefas estas que contribuem, em última instância, para

a edificação de uma entidade e missão próprias em cada instituição de Ensino Superior. Por outro lado, veio a mesma autonomia permitir que a elaboração dos Regulamentos de Avaliação de Conhecimento e Competências dependa exclusivamente da instituição de Ensino Superior, enquanto competência do respetivo Conselho Pedagógico. Importa, na perspectiva da Federação Académica de Lisboa, que sejam alertadas as instituições de Ensino Superior para as desigualdades existentes no processo de avaliação do conhecimento vigente, particularmente na adoção por várias instituições de provas de avaliação sem grelha de correção conhecida por parte do avaliado e a vedação em mecanismos de revisão e consulta de prova. Paralelamente, será necessário considerar a criação de orientações impostas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, uma vez que não existe qualquer obrigação legal no que diz respeito à própria implementação do Regulamento de Avaliação de Conhecimento e Competências por parte dos Conselhos Pedagógicos, algo que abre o preocupante precedente de não existirem normas internas fixas para os mecanismos de avaliação do conhecimento, assim como a ausência de revisão periódica dos mesmos.

Destaca-se como particularmente relevante para esta matéria a disponibilização, anterior ao período de inscrições na unidade curricular, da FUC - Ficha de Unidade Curricular, elemento que garante o conhecimento do estudante acerca das metodologias de avaliação, bem como dos conteúdos da unidade curricular e plano de aulas. É importante que as unidades curriculares tenham toda a informação acerca das mesmas disponibilizada antes do início do período de inscrição para as mesmas, para que desta forma o estudante tenha à sua disposição todas as informações de forma a ter conhecimento dos conteúdos programáticos, condições de frequência, regime de presenças e condições de avaliação. Considera-se ainda que, tal como para a FUC, também a RUC - Relatório da Unidade Curricular deve ser matéria de acesso público, tal como todos os regulamentos e normas avaliativas, dados de inscrição e classificações finais, agregados por ano letivo. Por esta via, defende-se que a disponibilização destes materiais garante que todos os estudantes possuem a mesma informação e que estão conscientes do método avaliativo, tornando-o mais transparente e fidedigno, bem como comparável à escala nacional e internacional.

Por último, uma reflexão acerca da modernização das metodologias de avaliação do conhecimento, principalmente a necessidade de serem difundidos mecanismos de avaliação que incorporem a possibilidade

de standardizar e avaliar docimologicamente as questões, recolher informações psicométricas das mesmas e comparar os dados formais entre unidades curriculares de um mesmo ano e entre diferentes anos curriculares. Considera-se que tal diretriz contribuirá para uma modernização sustentável e competitividade do Ensino Superior em Portugal, sob pilares de transparência no processo formal de avaliação dos estudantes e construção de bases de dados que justifiquem as alterações pedagógicas a desencadear nas instituições de Ensino Superior.

Suplemento ao diploma

O suplemento ao diploma existe como certificação complementar ao diploma, que certifica a conclusão de um ciclo de estudos e define-se como um documento que certifica a atividade extracurricular realizada pelo estudante no espaço temporal de frequência do ciclo de estudos em questão, bem como informação institucional sobre o Ensino Superior em Portugal, caracterização da instituição de frequência e informação complementar sobre a área formativa em que o diploma de conclusão de ciclo de estudos foi atribuído.

No entender da Federação Académica de Lisboa, este diploma é de extrema relevância, merecendo o cumprimento da regulamentação nacional, disposta na Portaria 30/2008, como via para aumentar a significância pública do mesmo. Ao abrigo das especificidades do presente diploma, defende a FAL que deve ser definido como prazo para submissão de documentos a constar do suplemento ao diploma a data de conclusão do ciclo de estudos. Considera-se assim que a disponibilização do mesmo ao estudante deve ocorrer em simultâneo com a entrega do diploma de conclusão de curso, devendo os documentos estar associados entre si. Considera-se ainda que, no âmbito do Simplex +, designadamente na dimensão do Ensino Superior 360o, o repositório previsto para centralizar o historial do estudante, em termos de frequência do Ensino Superior, deve prever uma dimensão que permita agregar cronologicamente as atividades extracurriculares a que o estudante se associa ou em que participa. Esta medida, na consideração da Federação Académica de Lisboa, é particularmente relevante por certificar o desenvolvimento de competências extracurriculares, incentivando o alargamento da participação estudantil, promovendo o ativismo no quotidiano das instituições e do Ensino Superior em Portugal.

Mobilidade nacional e internacional de estudantes

Por consequência do fenómeno de globalização e de estabelecimento de redes de instituições, quer por razão do Processo de Bolonha, quer por proximidade de área de conhecimento ou de metodologias científicas, as instituições de Ensino Superior tendem a celebrar protocolos e inserir-se em redes de investigação com instituições internacionais, designadamente instituições de referência, potenciando por esta via a implementação de componentes valorativas dos seus currículos e formações.

A mobilidade de estudantes constitui, na consideração da Federação Académica de Lisboa, uma mais valia neste processo. Não apenas na dimensão curricular mas também como ferramenta de atualização e otimização de currículos formativos, resultante da experiência adquirida pelos estudantes portugueses que optem por realizar a sua formação, acedendo a esta valência. É, portanto, consideração de que as vantagens da mobilidade de estudantes são mais que evidentes, quer pela experiência que advém do contacto com diferentes modelos de ensino, quer pelas competências transversais que uma experiência internacional permite adquirir.

Não obstante, considera a FAL que o alargamento da mobilidade internacional carece ainda de harmonização entre a instituição de origem e a instituição recetora, designadamente no que às classificações diz respeito, em particular quando os modelos para este fim são distintos. Exige-se, por consequência, a implementação e alocação de recursos para esta finalidade, com vista a alargar a base social de participação neste tipo de programas.

É ainda consideração que a mobilidade nacional de estudantes não deve carecer de políticas de promoção e incentivo. O estabelecimento de protocolos e consórcios de cooperação entre instituições de Ensino Superior tem sido uma vontade do Governo e vários têm sido os estímulos à materialização dos mesmos. No entanto, está ainda por cumprir o alargamento dessa vontade à mobilidade estudantil, particularmente importante por auferir ao mesmo a capacidade de interagir em contexto de aula com docentes especializados nas áreas de estudo que lhe são afetas, bem como estabelecer relação com centros de investigação de instituições e regiões distintas da de origem, como via para a mobilidade e para a especialização dos estudantes do Ensino Superior, sendo consideração de que esta condição contribuirá positivamente para o sucesso académico, valorização do sistema e rede de instituições de Ensino Superior em Portugal.

REDE DE ENSINO SUPERIOR

A Federação Académica de Lisboa, de acordo com o modelo institucionalizado nos sistemas científicos e de Ensino Superior de referência à escala global, considera que, a cada década, se deve proceder a uma avaliação estrutural dos mesmos, com base num modelo comparativo com os referenciais internacionais, num exercício plural levado a cabo por pares e que culmine com o desenho e implementação de novas políticas como via para garantir o desenvolvimento sustentável do sistema educativo português.

Com base nesta premissa, e em concordância com a posição concertada entre os agentes de Ensino Superior ao longo dos recentes anos, é consideração da FAL que a avaliação da rede de instituições de Ensino Superior constitui um elemento nuclear para o sucesso deste quadro avaliativo, considerando-a como uma das principais alterações estruturais de que o Ensino Superior em Portugal necessita, de forma a adaptá-lo às reais necessidades e capacidades do país e respetivas regiões. Apresentados e discutidos os vários cenários alternativos, o período que agora vivemos, de reflexão e discussão coletiva sobre as opções estratégicas a adotar, constitui uma oportunidade fundamental para que se consolide em definitivo um rumo para a reorganização da rede de Ensino Superior.

A Federação Académica de Lisboa acredita num sistema de ensino suportado por uma rede pública de instituições diferenciadas, que auferam aos estudantes o acesso à transversalidade das dimensões do conhecimento, estruturada com base em princípios de desenvolvimento nacional, regional e demográfico e capacitadas para (inter)agir com a sociedade, estabelecendo relações com o seu tecido produtivo e empresarial.

A rede pública de instituições de Ensino Superior em Portugal estrutura-se num sistema binário, constituído por instituições de âmbito universitário e politécnico, num total de 34 instituições de Ensino Superior, das quais 13 universidades, 1 instituto universitário, 15 institutos politécnicos e 5 unidades não integradas. Com base na premissa de que Portugal é uma sociedade de modernidade tardia que se reflete no reduzido número de cidadãos com acesso ao Ensino Superior e no consequente reduzido número de diplomados quando comparado com os países de referência, a FAL considera que a rede de Ensino Superior em Portugal não deve, sob nenhuma condição, ser reduzida. No entanto, é consideração de que a necessidade de aumentar a capacidade de atração das instituições implica uma séria reflexão sobre qual o caminho

a seguir, designadamente com o objetivo de minorar a diferença entre os índices de atratividade das instituições situadas no litoral e no interior. Por consequência, é consideração de que o ponto de partida para a reforma da rede de instituições em Portugal é a valorização qualitativa das instituições de Ensino Superior, tanto na dimensão científica como pedagógica.

O escrutínio da reforma da rede significa uma estratégia de racionalização, reduzindo os processos burocráticos e a ineficiência sistémica, aproximando as instituições com implementações geográficas similares em estratégias de convergência que lhes auferam a capacidade de aumentar o seu impacto no desenvolvimento da região. Foi exatamente esse o propósito para a introdução do artigo 16º da Lei 62/2007 de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior, que no seu n.º 1 assinala que “as instituições de Ensino Superior podem livremente estabelecer entre si ou com outras instituições acordos de associação ou de cooperação para o incentivo à mobilidade de estudantes e docentes e para a prossecução de parcerias e projectos comuns, incluindo programas de graus conjuntos nos termos da lei ou de partilha de recursos ou equipamentos, seja com base em critérios de agregação territorial seja com base em critérios de agregação sectorial.” Este quadro-legal potencia o desenvolvimento de sinergias entre as instituições, estabelecendo as bases para uma reorientação da rede em função da conjuntura específica da região em que se inserem as instituições ou em função da proximidade de currículos, quer na vertente de investigação, quer na vertente letiva.

Em função deste quadro, defende a FAL que deve constituir uma prioridade para o Governo a avaliação criteriosa da rede de Ensino Superior com a finalidade de, em função da sua reforma, garantir melhorias qualitativas para o sistema. Num primeiro momento, a integração das escolas não integradas contribuirá para descomplexificar a rede e para a valorização das mesmas, nomeadamente por potenciar a colaboração com unidades orgânicas de áreas científicas adjacentes. Simultaneamente, considera-se prioritário o incentivo da tutela às instituições com menor capacidade de atração de estudantes para a formação de consórcios com instituições de áreas científicas correspondentes ou com implementação territorial próxima, com vista a aumentar o impacto regional das mesmas.

Na dimensão científica e no seguimento de alguns bons exemplos levados a cabo pelas instituições de Ensino Superior localizadas no interior, considera a FAL que a estratégia deverá ser de diferenciação,

designadamente através da exploração de áreas científicas adaptadas à realidade local e que permitam valorizar os recursos da região, direcionados para uma vertente aplicada, o que auferirá às mesmas uma maior capacidade relacional com o tecido empresarial local e, por inerência, uma maior capacidade de atração dos jovens da região para a formação superior.

Por último, defende a FAL que, com vista a garantir o modelo de diferenciação que se pretende para a rede de instituições de Ensino Superior em Portugal, importa que a tutela identifique um conjunto de instituições com índices de produção científica qualitativa e quantitativamente elevadas e significantes, com vista a iniciar um processo de introdução de *Research Universities* em Portugal que permitam expandir as colaborações científicas com as instituições de referência à escala internacional, valorizando o sistema e a atividade científica em Portugal.

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E ENSINO CENTRADO NO ESTUDANTE

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre as metodologias de aprendizagem e sucesso dos estudantes no Ensino Superior tem sido foco de um extenso conjunto de estudos e propostas. A Federação Académica de Lisboa não foi isenta na análise desta matéria, posicionando-se de forma sistemática sobre as abordagens à aprendizagem, em particular em função dos novos modelos de ensino, institucionalizados à escala transnacional. Nomeadamente, através da apresentação de propostas que visam aproximar o modelo de ensino às reais expectativas dos estudantes, estruturadas a partir do incremento da qualidade das aprendizagens e das diferenças nos seus produtos, estabelecendo condições para que a motivação para a aprendizagem seja crescente.

Estabelece-se assim, como ponto de partida para esta reflexão, a necessidade de aproximar as expectativas com a realidade. Sustenta a proposta metodológica de personalização dos processos de transmissão do conhecimento apresentada neste documento o estado da arte sobre esta matéria. Richardson e Remedios (2014) destacaram a importância das características pessoais (sociodemográficas, sexo, idade, diferenças culturais) associadas ao estudante, ao definirem as condições prévias à experiência no Ensino Superior; as abordagens à aprendizagem ou ao estudo, permitindo captar as características fundamentais das dinâmicas educativas marcadas pelo currículo, o ensino e a aprendizagem; e as variáveis que medem os produtos do processo educativo, remetendo para o desempenho académico.

Também Baudelot (2002), antecipando Bonito (2005) e no seguimento de Bourdieu e Passeron (1970), assinalou a importância da adaptação da escola às características diferenciadas dos seus públicos, considerando que qualquer sistema educativo é, em si, produtor e reproduzidor das condições necessárias a uma ação pedagógica institucionalizada a partir de uma certificação jurídica, da formação de um corpo legítimo de especialistas e do controlo permanente sobre o trabalho pedagógico, sendo a sua própria estrutura que o institucionaliza e perpétua, a partir da definição dos seus conteúdos e currículos, naturalizando os arbitrários culturais e afirmando-se como um alicerce da democratização do conhecimento enquanto bem comum.

O Programa de XXI Governo Constitucional prioriza esta temática e avança algumas propostas, considerando fundamental a melhoria dos níveis de sucesso educativo no Ensino Superior. Para tal propõe a criação de um programa de apoio à modernização pedagógica, através da introdução de programas que garantam a implementação de práticas

pedagógicas centradas no estudante e que estimulem a sua autonomia.

Em concordância com a visão apresentada pela tutela, e como acima referido, a FAL considera determinante a institucionalização de propostas que visem a democratização do sucesso académico, privilegiando as boas práticas de transmissão de conhecimento e a personalização dos processos de ensino-aprendizagem, esterilizando-os de estigmas sociais, culturais ou económicos.

A flexibilidade curricular proposta, nomeadamente a partir da introdução da tipologia *major* e *minor*, em curso no sistema educativo norte-americano, é vista como uma boa via para adequar as formações às necessidades sociais. No entanto, será importante que exista, paralelamente, um equilíbrio entre este objetivo e o cumprimento das expectativas dos estudantes, ao nível da formação e da apropriação do conhecimento *per se*, promovendo não apenas *Minors* do tipo *related to a Major*, mas também as *freestanding Minors*, como via para o incentivo à criatividade científica e estímulo intelectual.

Uma outra dimensão determinante para o cumprimento do sucesso académico está estreitamente relacionada com a formação pedagógica dos docentes de Ensino Superior e com a relação entre os mesmos e o sistema de Ensino Superior. Segundo o Relatório *Education at a Glance 2015*, Portugal integra o grupo dos quatro países da OCDE em que os profissionais do setor da educação consideram o setor em que trabalham o menos inovador, quando comparado com os demais setores da economia. Em contraste com a crescente prática de diversificação dos quadros nas instituições de referência à escala internacional, as instituições de Ensino Superior portuguesas apresentam valores muito elevados de contratação dos graduados e doutores que produzem, processo apelidado internacionalmente de *inbreeding*. Considera a FAL que este processo, também apelidado de endogamia e que atinge em Portugal taxas superiores a 90%, forçosamente condiciona a imparcialidade nos concursos públicos de contratação de pessoal docente e limita de forma estrutural o acesso a metodologias alternativas de ensino-aprendizagem.

Importa referir adicionalmente que os docentes são um elemento determinante na orgânica das instituições, em particular na responsabilidade da definição das metodologias de transmissão do conhecimento. Importa, por consequência, garantir a implementação de um projeto de modernização pedagógica, transversal às múltiplas áreas do conhecimento, tanto a nível intra como inter-instituições, designadamente através de formações destinadas a docentes, com vista

a implementar novos processos e metodologias formativas, desenhadas com base nos referenciais internacionais e nas singularidades do sistema educativo português. No entanto, acreditamos que o sucesso de tal proposta é severamente comprometido pela não existência de um programa competente de renovação dos corpos docentes das instituições, num processo de valorização da geração mais qualificada da história portuguesa e da relação intergeracional ao nível do corpo docente que promova o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias pedagógicas de transmissão de conhecimento.

Considera a Federação Académica de Lisboa que a transformação que se exige para o sistema deve caminhar no sentido da implementação de um modelo de Ensino Centrado no Estudante, envolvendo o próprio no seu processo formativo, contrariando as lógicas de transmissão de conhecimento centradas no verbalismo, dogmatismo e a tipologia de classe magistral do Ensino Superior (Ramos, 2013), substituindo o modelo de exposição passiva de conhecimentos por um modelo centrado na interação e partilha de informação entre docente e estudante, com o estímulo à criatividade a ocupar um papel estrutural no processo, tese suportada pelo artigo *“A relação entre investigação, inovação e formação: Seus contributos para o desenvolvimento profissional do professor no quadro de Bolonha”* (Tomé, 2006) que estabelece como necessidade profissional a inter-relação entre a investigação, a inovação e a necessidade de formação que os professores deverão construir com benefícios para o estudante.

Para tal, considera a FAL que, sob coordenação da A3ES, os mecanismos de garantia da qualidade necessitam de ser revistos e ajustados para um foco em que tanto docentes, como alunos e instituições reflitam continuamente e coletivamente sobre as metodologias de ensino estabelecidas, para que possam majorar os objetivos pretendidos, designadamente o melhoramento dos processos de aprendizagem do aluno, estimulando permanentemente o seu espírito crítico e a sua liberdade científica, abrindo campo para uma reforma estrutural nas práticas pedagógicas das instituições de Ensino Superior portuguesas, aproximando-as das instituições de referência à escala internacional.

SISTEMA CIENTÍFICO

Estatuto do Bolseiro de Investigação

Acesso aberto ao conhecimento

Concurso para Atribuição de Bolsas
de Doutoramento e Pós-Doutoramento

Regime de Contratação de Doutorados

Estatuto do Bolseiro de Investigação

Sobre esta matéria, considera a Federação Académica de Lisboa que existe uma profunda relação entre a precariedade na atividade científica e o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica. De facto, e em concordância com posições políticas assumidas noutros momentos, é posição da FAL que este diploma é o principal responsável pelo conflito intergeracional existente na comunidade científica, uma vez que o mesmo constitui o instrumento legal que transforma vínculos permanentes, com todos os direitos legalmente previstos que lhes estão associados, em bolsas de investigação.

Defende, por consequência, a Federação Académica de Lisboa, a revogação deste diploma, como via para garantir que o sistema científico português se torne estéril à precariedade, aumentando por esta via a dignidade na atividade científica e potenciando a aproximação da comunidade estudantil ao trabalho científico, com reais perspetivas de carreira. Considera-se ainda que o diploma em questão constitui uma via para que as Instituições Científicas e de Ensino Superior financiem a atividade de tarefeiro, comunicação de ciência e atividade não científica, o que introduz profundas irregularidades no sistema e constitui uma grave prática de má gestão de dinheiros públicos, num setor consideravelmente subfinanciado.

Acesso aberto ao conhecimento

O acesso ao conhecimento afirma-se como indispensável ao estabelecimento de uma sociedade mais informada, consciente e interativa com o mundo que a rodeia, contribuindo positivamente para a democratização do saber e para uma maior justiça e equidade sociais.

Defende a Federação Académica de Lisboa que o acesso ao conhecimento e a participação pública na sua produção e divulgação, em simultâneo com políticas de incentivo à formação alargada, desempenham um fator de valorização e de mobilidade social ascendente. Acredita a FAL que o conhecimento se constitui como bem público fundamental de qualquer sociedade contemporânea e que o mesmo só é efetivo quando é assegurada a sua pluralidade, devendo deter um papel central nas políticas públicas.

Não obstante, o conhecimento produzido em Portugal resulta na

sua maioria de financiamento público. Por consequência, considera-se imperativo que do mesmo resultem ganhos de escala para a população, resultado dependente da sua partilha. Importa, por isso, que o Estado seja capaz de suportar o financiamento necessário à salvaguarda dos direitos de propriedade intelectual e que, por essa via, assegure o alargamento dos públicos que hoje contactam e acedem abertamente a publicações científicas. Considera a Federação Académica de Lisboa que a Fundação para a Ciência e Tecnologia detém um papel determinante nesta matéria. Não obstante a introdução, em 2014, no regulamento sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas financiadas publicamente, de uma normativa que obriga o depósito de resultados num repositório da rede RCAAP, como instituição responsável pela gestão do sistema científico português, deve a mesma desenvolver esforços no sentido de garantir que todos os resultados preliminares, resultados finais, relatórios intercalares e bases de dados de projetos financiados publicamente são publicados em repositórios de acesso aberto, estando disponíveis gratuitamente a todos os leitores e interessados, garantindo por esta via o alargamento dos públicos que interagem com a matéria científica produzida em Portugal e reforçando o conceito de responsabilidade social científica através do incremento da transparência nas práticas, metodologia, observação e recolha de dados, na disponibilização pública e reutilização de dados científicos, no acesso público e transparência na comunicação científica e na utilização de ferramentas baseadas na web de forma a facilitar a colaboração científica.

Acredita ainda a FAL que o reforço indicado produzirá resultados positivos para o sistema, designadamente o aumento da eficiência na investigação e do conhecimento do processo de trabalho científico, a promoção do rigor académico e a qualidade da investigação, bem como o aceleração da criação de novos temas e dimensões de investigação e a promoção do envolvimento da sociedade e da cultura e da literacia científica, aumentando por esta via o impacto económico e social da ciência.

Acredita a Federação Académica de Lisboa que, do estímulo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a esta prática, resultam importantes retornos, designadamente o fortalecimento do contributo social do sistema científico. Importa, por isso, que seja incentivada a aproximação do conhecimento a públicos distintos, em particular a comunidade empresarial e a sociedade em geral, reforçando por esta via o seu impacto, quer social, quer económico, de onde advirá um alargamento da sua importância e reconhecimento social.

Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutorado e Pós-Doutorado

O Guião de Avaliação do Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutorado e Pós-Doutorado – 2016, apresentado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no passado mês de maio, estabelece os critérios de avaliação de candidaturas e materializa a opção estratégica para a ciência e investigação científica, no que a atribuição de bolsas diz respeito.

O concurso de atribuição de bolsas de Doutorado e Pós-Doutorado - 2015 sofreu elevadas críticas por parte do movimento associativo estudantil e dos demais agentes de Ensino Superior, tendo à data sido assinalado pelas Federações e Associações Académicas e de Estudantes que, numa perspetiva comparada entre os últimos quatro concursos de bolsas, este foi o ano em que o número combinado de estudantes de doutorado e pós-doutorado atingiu o número mais reduzido, sendo o valor total de bolsas atribuídas inferior a mil e seiscentos, aproximadamente menos trezentas bolsas do que no concurso correspondente para 2012, ao que acrescia ainda uma redução de 22,9% nas carreiras de investigação científica, entre dezembro de 2011 e junho de 2015 conforme divulgado na Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP) relativa ao 2º trimestre de 2015.

Face ao cenário profundamente danoso para a investigação científica gerado pelo Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutorado e Pós-Doutorado de 2015 e à mudança de Governo, com elevada priorização do sistema e atividade científica tanto ao nível discursivo como ao nível do Programa de Governo, as expectativas de estudantes, investigadores e agentes de Ensino Superior para o concurso de 2016 eram positivas e elevadas. No entanto, o Guião de Avaliação tornado público no decorrer do mês de maio apresenta critérios profundamente negativos e desadequados da estratégia avançada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para o setor, dos quais se destacam os abaixo descritos.

No que aos requisitos específicos dos candidatos a Bolsa de Doutorado e Pós-Doutorado diz respeito, merece apreciação negativa a manutenção do critério de obrigatoriedade de conclusão do grau académico anterior à data de submissão da candidatura, sendo consideração do movimento associativo estudantil que a prova de conclusão, no seguimento dos guiões apresentados nos anos

anteriores a 2015, deverá ser feita à data de início do ciclo de estudos, em correspondência com a prática das instituições de Ensino Superior. A manutenção deste critério, fortemente criticado por parte do movimento associativo estudantil e da comunidade científica nacional, reproduz a desadequação entre a prática da Fundação para a Ciência e Tecnologia e a das instituições de Ensino Superior, limitando fortemente a candidatura a estudantes que tenham frequentado o último ano do ciclo de estudos anterior no ano letivo transato ao concurso, estabelecendo condições para que os mesmos frequentem o primeiro ano do Doutoramento ou Pós-Doutoramento sem bolsa FCT ou que adiem a continuidade da sua formação por um ano.

Ainda no que a requisitos específicos dos candidatos a Bolsa de Doutoramento e Pós-Doutoramento diz respeito, a Fundação para a Ciência e Tecnologia avança como critério de exclusão a seleção “para atribuição de qualquer bolsa, independentemente da sua tipologia (bolsa de investigação, bolsa de doutoramento ou bolsa de doutoramento em empresas), no âmbito de Programas de Doutoramento FCT”. Este critério é severamente penalizador de estudantes que, no âmbito dos Programas Doutorais, tenham obtido bolsa de investigação de um ano sem possibilidade de renovação e que não tenham garantida Bolsa de Doutoramento no âmbito dos Programas Doutorais (insuficientes para a totalidade dos estudantes abrangidos pela bolsa de um ano), estão automaticamente excluídos do concurso. Este critério, profundamente desadequado e potenciador do abandono da formação de 3º ciclo por parte de estudantes de Ensino Superior, é sobretudo negativo por produzir efeitos retroativos, ao incluir no processo estudantes que já se encontram ao abrigo de bolsa anual e que, em função dos critérios de avaliação avançados pelo Guião de Avaliação 2016, são forçados a dar continuidade à sua formação sem Bolsa de Doutoramento FCT ou a abandonar a formação em questão, por desconhecimento dos critérios, publicado posteriormente ao início do Programa. Por último, no que a bonificações, penalizações e casos específicos no critério currículo pessoal para bolsas de Pós-Doutoramento diz respeito, o Guião de Avaliação para 2016 atribui “uma bonificação de valor equivalente a 20% da pontuação atribuída ao critério currículo pessoal, aos candidatos que tenham obtido o doutoramento numa universidade portuguesa e que, simultaneamente, pretendam fazer o pós-doutoramento:

- Numa instituição de acolhimento diferente da que lhes conferiu o grau;

- Num distrito do território nacional diferente daquele em que se localizava a instituição onde obtiveram o grau de doutor, ainda que a instituição de acolhimento pertença à mesma universidade que lhe conferiu o grau de doutor;

- Na mesma instituição onde obtiveram o grau de doutor após um percurso profissional ou científico de, pelo menos, 2 anos fora dela.”

É consideração de que, além de profundamente injusto, este critério assinala um claro retrocesso nas políticas de combate à fuga de cérebros, discriminando negativamente estudantes portugueses que tenham realizado o Doutoramento em instituições internacionais (algumas delas cotadas como instituições de referência globais), não estabelecendo condições positivas para o regresso dos mesmos. Este critério, profundamente desadequado do discurso político do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, constitui ainda um forte elemento de desassociação entre as instituições científicas nacionais e a diáspora científica portuguesa, penalizando deliberadamente a mobilidade de estudantes que pretendam regressar a Portugal e produzir ciência no seu país de origem. Paralelamente, importa ainda referir que, além dos pontos já assinalados, a Fundação para a Ciência e Tecnologia atribui anualmente bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento internacionais, o que revela ainda uma desadequação entre os concursos promovidos pela mesma instituição. Em suma, não obstante a introdução de significativas mais-valias no sistema científico nacional, designadamente ao nível do alargamento do número de bolsas de doutoramento a atribuir, previsto em mais quatrocentas e uma bolsas e da substituição progressiva de bolsas de Pós-Doutoramento por contratos laborais, considera a Federação Académica de Lisboa que as alterações introduzidas ao Concurso para Atribuição de Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento – 2016 não cumprem o desígnio de recuperar a confiança da comunidade científica e de incentivar o alargamento da mesma. Pecando por tímido e pouco significativo ao nível da alteração de critérios de avaliação, o documento introduz ainda medidas desadequadas da realidade quotidiana das instituições de Ensino Superior nacionais.

O concurso levado a cabo em 2016 merece ainda forte crítica por parte da Federação Académica de Lisboa no que ao cumprimento dos seus calendários diz respeito. Não obstante, tal como em qualquer outro concurso público, estar previsto o alargamento do prazo de respostas por um período de 90 dias, considera a FAL que, dada a fragilidade e a reconhecida precariedade no emprego científico a nível nacional e tendo

em conta que um dos critérios de exigência da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no que a bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento diz respeito, é a existência de um regime de exclusividade, o atraso na comunicação dos resultados em questão produz efeitos nefastos no quotidiano dos candidatos, vincando a cultura de descrédito da atividade científica e de baixa motivação da comunidade estudantil para o emprego científico.

Regime de Contratação de Doutorados

A publicação do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que estabelece o regime de contratação de doutorados visa cumprir um dos principais desígnios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no quadro da atual Legislatura, revogando o Decreto-Lei n.º 28/2013, de 19 de fevereiro, que estabelecia o regime jurídico de contratação de doutorados no âmbito do Programa Investigador FCT.

O diploma agora revogado, fortemente criticado por representantes das instituições de Ensino Superior, investigadores e estudantes por definir como critério de seriação o volume de publicações, é substituído por um diploma que define como objetivos “o estímulo ao emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, bem como o rejuvenescimento das instituições que integram o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)”.

Não obstante e em sintonia com os demais agentes de Ensino Superior que se posicionaram criticamente relativamente ao diploma, é consideração do movimento associativo estudantil de que o mesmo peca por falta de profundidade ao não estabelecer ligação direta com a carreira de investigador da administração pública, e por contemplar apenas contratos temporários e contratos a tempo incerto, deixando por cumprir o objetivo de dignificar a carreira científica ao não revogar a figura de bolseiro de investigação para investigadores doutorados, o que permitirá às instituições manterem a prática de contratação por bolsas, legitimando a precariedade no trabalho científico.

Sustenta a consideração o art. 15º, que define uma tabela de remuneração muito diversificada, com limites mínimos e máximos, sem estabelecimento efetivo de critérios para a sua diferenciação e nos termos a definir pela instituição que abre o concurso, o permite às instituições utilizar o valor remuneratório mais baixo para cada um dos escalões

definidos, sem prejuízo de cumprimento do diploma.

Paralelamente, o art. 6º define o período de seis anos como duração máxima para o contrato, o que, não obstante da intenção do Ministro da tutela em estimular a carreira académica, é fortemente limitativo para o investigador, não configurando o acesso à carreira para investigadores ao abrigo do programa ou ao abrigo de programas anteriores, designadamente os programas Ciência e Investigador FCT.

Assim, a Federação Académica de Lisboa considera que o diploma apresentado não cumpre o seu verdadeiro desígnio, não eliminando a precariedade do emprego científico e deixando por cumprir uma das mais importantes resoluções no sistema científico nacional, com vista a aumentar a sua atratividade.

Considera-se que o sucesso do documento suprarreferido, bem como a valorização da comunidade científica está dependente de mudanças estruturais, designadamente a redefinição do estatuto de Bolseiro de Investigação, destinando o mesmo a programas de iniciação à investigação (alunos de 1º ciclo) e investigadores em formação (alunos de 2º e 3º ciclo), estimulando por esta a relação entre estudantes e investigação científica, bem como a contratação progressiva, por parte das instituições, de todos os bolseiros doutorados que se encontrem sob contrato de bolsa concursal, ao abrigo do Estatuto de Bolseiro de Investigação.

Considera ainda a Federação Académica de Lisboa fundamental operar transformações ao nível dos regimes de contratação, designadamente no que à diferenciação entre investigadores e trabalhadores nas áreas de gestão e comunicação de ciência diz respeito.

Por último, e por ser consideração de que deste diploma depende fortemente o desenvolvimento do sistema científico e o aumento dos seus agentes, defende a Federação Académica de Lisboa que deve ser estimulada a atividade científica e estabelecidas condições para que a mesma possa corresponder a uma profissão estável, dotada de mecanismos sólidos de proteção social, sendo para tal urgente a definição de medidas paralelas e complementares ao diploma em questão, conforme previsto na nota introdutória do mesmo e no programa do Governo.

FINANCIAMENTO

Financiamento das instituições de Ensino Superior

Propinas e taxas de frequência

Financiamento Público e Dotação Orçamental

Financiamento das instituições de Ensino Superior

O modelo de financiamento das instituições de Ensino Superior incide numa relação tripartida, de iniciativa pública e privada, entre o Estado (por via do Orçamento do Estado) as próprias instituições (por via das receitas geradas e capitais próprios) e os estudantes e/ou respetivos agregados familiares (por via do pagamento de taxas de frequência, usualmente designada por propina).

No entanto, o agravamento da conjuntura económica provocou transformações nos índices de financiamento entre os três elementos de financiamento do Ensino Superior, registando-se ao longo dos últimos anos uma progressiva redução na dotação orçamental destinada às instituições de Ensino Superior, obrigando a um reajustamento dos equilíbrios estabelecidos, com vista a garantir a sustentabilidade do sistema. Por consequência, verificou-se uma crescente tendência de transferência da responsabilidade do financiamento do Ensino Superior do setor público para o privado, isto é, do Estado para as instituições, aumentando a sua necessidade de captar receitas próprias e para os estudantes e respetivos agregados familiares, designadamente com o aumento do valor de taxas de frequência e custos associados. No que à realidade dos estudantes e respetivos agregados diz respeito, a significância da reestruturação das lógicas de financiamento resulta num aumento exponencial das despesas com o Ensino Superior, variando o valor de propina ao longo dos últimos 25 anos, do equivalente a 6€ no início dos anos 90 para os 1.063,47€ praticados no presente ano letivo.

Estes dados são profundamente demonstrativos quando comparados com o histórico registado em Portugal e com os demais países integrantes da União Europeia e OCDE. O relatório *Education at a Glance 2015* indica uma percentagem de receita privada em Portugal situada nos 45.7%, francamente distinta da média registada na União Europeia, situada nos 22%. Importa ainda assinalar que, entre 2010 e 2012, a receita privada com o Ensino Superior em Portugal aumentou de 31% para 45.7%, ao passo que, para o mesmo período, o valor diminuiu de 23% para 22% na União Europeia.

Não obstante o estabelecimento de um orçamento plurianual por parte do Estado às instituições de Ensino Superior, significativo para o melhoramento das suas condições de gestão por aumentar a previsibilidade, considera a Federação Académica de Lisboa fundamental que o mesmo seja acompanhado por um aumento progressivo do

financiamento via Orçamento do Estado das mesmas, contrariando a premissa estabelecida que transfere para as famílias a responsabilidade pela sustentabilidade económica do setor. Considera-se ainda que cabe ao Estado garantir condições efetivas para o cumprimento da missão das instituições. Para tal, são urgentes correções estruturais nas lógicas de financiamento das instituições, designadamente no que ao reforço de verbas e metodologias de financiamento diz respeito.

Propinas e taxas de frequência

A realidade do financiamento do Ensino Superior sofreu profundas transformações ao longo das últimas décadas. O aumento progressivo e regular dos valores praticados para cobrança de taxas de frequência aumentaram de forma severa a responsabilização das famílias e estudantes no financiamento do Ensino Superior. É particularmente importante para esta consideração, a acompanhar as sucessivas variações positivas registadas para o valor de comparticipação de frequência, em particular entre os anos 90 e os primeiros anos da primeira década do século XXI, a fixação do valor de propina máxima praticada em Portugal, indexada à inflação, conforme define a Lei n.º 37/2003¹, que estabelece as Bases do Financiamento do Ensino Superior. Paralelamente e por consequência da fixação de um valor máximo de taxa de frequência, as instituições de Ensino Superior optaram por introduzir taxas e emolumentos complementares, suportados pelos estudantes e/ou respetivos agregados familiares, que mais não são do que mecanismos para aumentar os custos de frequência e, por essa via, aumentar os índices de financiamento das instituições, desresponsabilizando o Estado pelo subfinanciamento e penalizando os estudantes por via de um vazio legal.

Sobre estas matérias, considera a FAL que o Ensino Superior deve tender para a gratuidade no que a custos de frequência diz respeito, no cumprimento das disposições constantes na alínea e) do número 2 do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa. Assim, posiciona-se

¹ O valor da propina é fixado em função da natureza dos cursos e da sua qualidade, com um valor mínimo correspondente a 1,3 do salário mínimo nacional em vigor e um valor máximo que não poderá ser superior ao valor fixado no n.º 2 do artigo 1.º da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 31 658, de 21 de novembro de 1941, atualizada, para o ano civil anterior, através da aplicação do índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística.

a Federação Académica de Lisboa a favor da gratuidade no que a formações de 1º ciclo diz respeito, como via para alargar os seus públicos e democratizar o acesso e a produção de conhecimento. Este modelo deverá ser introduzido de forma progressiva, com a redução regular dos valores praticados, acompanhados pela definição de um valor limite máximo de propina de 2º ciclo. Esta consideração é particularmente significativa por ser da total autonomia das instituições de Ensino Superior a fixação das mesmas, contrariamente aos valores praticados em mestrados integrados, consagrados pelos mesmos princípios dos valores praticados em formações do 1º ciclo.

Também o procedimento de fixação do valor de propina por parte das instituições merece críticas por parte da Federação Académica de Lisboa. A Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro define, no n.º 2 do art. 82º, que compete ao Conselho Geral de cada instituição, sob proposta do reitor ou do presidente, «fixar as propinas devidas pelos estudantes, indicando que, contudo, em caso de rejeição da proposta do reitor ou do presidente». A Lei tem sido interpretada de forma distinta, com instituições a manter o valor da propina fixada para o ano letivo anterior e outras a atualizá-lo automaticamente através da aplicação do índice de preços do consumidor do INE. Sobre esta matéria, considera a FAL que a uniformização do processo é fundamental, cabendo ao Conselho geral a apresentação de uma nova proposta ou, em caso de não existência de proposta alternativa, deve implicar inequivocamente a manutenção do valor da propina praticada no ano letivo transato.

No que a modelos de fracionamento do valor total de propina diz respeito, considera a Federação Académica de Lisboa que o modelo em curso deve ser, pelo menos, o igual número de prestações definido para pagamento da bolsa de estudo por ano letivo, sob a forma de Despacho anexo à Lei de Bases de Financiamento do Ensino Superior, sem prejuízo da criação de outras modalidades de pagamento, total ou parcial, da propina devida pelas instituições de Ensino Superior. Defende ainda a fixação das modalidades de pagamento do valor da propina com vigência igual à duração do ciclo de estudos correspondente por parte das instituições de Ensino Superior, impossibilitando assim a sua alteração no período de frequência de um estudante.

No que a taxas e emolumentos diz respeito, considera a FAL fundamental proceder a um estudo que sustente o estabelecimento de um valor máximo a cobrar por pedido de creditação, transversal a todas as instituições de Ensino Superior, de forma a garantir que os estudantes

têm acesso a um serviço de grande relevância no percurso académico, independentemente de eventuais carências económicas.

Por último, sobre esta matéria, considera a FAL fundamental proceder à revisão da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, acompanhada de uma discussão pública alargada sobre a matéria, tendo fundamentalmente em vista a redução progressiva dos encargos dos estudantes no financiamento do Ensino Superior Público, quer por via de propinas, quer por via de taxas e complementos aos custos de frequência, fazendo cumprir o disposto na Constituição da República Portuguesa.

Financiamento Público e Dotação Orçamental

A metodologia de financiamento público das instituições de Ensino Superior não é mais do que um espelho da realidade verificada ao nível da administração pública. Não obstante um quadro legal estabelecido de valorização qualitativa e critérios definidos, a realidade espelha uma lógica de financiamento estabelecida com base no histórico, estéril às condições de cada instituição e à evolução dos seus indicadores.

Por consequência desta prática, as instituições têm sido alvo de reduções estruturais no que a financiamento público diz respeito, maioritariamente consequentes da redução verificada no número de alunos a frequentar o Ensino Superior, em particular no período de elevados constrangimentos financeiros verificado nos últimos anos. Por esta razão, as instituições viram-se obrigadas a encontrar mecanismos alternativos de financiamento da sua atividade, encontrando um equilíbrio entre a diminuição do financiamento via Orçamento do Estado e a necessidade de garantir e incrementar os padrões competitivos, nas dimensões de investigação, ensino-aprendizagem e currículos formativos, tanto à escala nacional como internacional.

A FAL considera, sobre esta matéria, que as distribuições orçamentais devem respeitar um quadro legal, estruturado com base numa fórmula de cálculo «baseada em critérios objetivos de qualidade e excelência, valores padrão e indicadores de desempenho equitativamente definidos para o universo de todas as instituições e tendo em conta os relatórios de avaliação conhecidos para cada curso e instituição» (n.º 2 do art. 4º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto).

No que à previsibilidade financeira das instituições diz respeito, é com agrado que a FAL recebe a introdução de um modelo de financiamento

plurianual, garantido para o quadro de uma Legislatura e que salvaguarda a não existência de reduções no financiamento das mesmas. No entanto, considera ainda a FAL que, face aos mais de 300 milhões de euros de redução orçamental registados ao longo da última década, esta medida deve ser acompanhada por aumentos graduais na dotação orçamental das instituições, como via para a recuperação económica das mesmas e para a inversão das lógicas de financiamento, hoje centradas nos estudantes e respetivos agregados familiares. Importa ainda que tal estímulo seja acompanhado de programas de desenvolvimento institucional, designadamente o cumprimento dos contratos-programa estabelecidos com as instituições de Ensino Superior que se encontram ao abrigo do Regime Fundacional, posicionando-se legalmente como instituições públicas de direito privado, sob via de se perpetuar no tempo o descrédito e desconfiança política das instituições com os compromissos estabelecidos pelos Executivos.

Assim, conclui a FAL com a consideração de que é fundamental recuperar o debate e a reflexão pública sobre a necessidade de revisitar o modelo de financiamento das instituições de Ensino Superior, considerando ser fundamental que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em diálogo com as demais entidades - nomeadamente associações e ordens profissionais - avance uma proposta nesse sentido, capaz de valorizar as instituições com desempenhos pedagógicos, científicos e extracurriculares de referência, valorizando por esta via as instituições, a sua sustentabilidade e o sistema de Ensino Superior Português, dotando-o de condições efetivas para competir com as instituições de referência à escala global.

CORPO DOCENTE

O Ensino Superior atravessa uma fase de transição identitária caracterizada por um clima de incerteza e de ambiguidade, em que se perspectivam novas práticas pedagógicas que pretendem acompanhar o ambiente competitivo que perpassa o próprio domínio social. Esta evolução e mudança de paradigma exigem alterações profundas no relacionamento entre as instituições, o conhecimento, a comunidade estudantil e a sociedade, tanto na dimensão nacional como internacional.

A crescente significância da classificação obtida em rankings para o sucesso das instituições de Ensino Superior ao nível da atração de receitas próprias e de estudantes introduziu no sistema um processo altamente competitivo entre as mesmas à escala transnacional, auferindo à inovação um estatuto determinante para o sucesso. Por consequência, assume-se como prioritário para as instituições de Ensino Superior a necessidade de estabelecer um sistema de ensino assente em modelos de modernização pedagógica, capacitado para implementar novas metodologias de ensino-aprendizagem, com o objetivo de se trilharem caminhos de progresso e desenvolvimento.

Atualmente as instituições vêem-se confrontadas com uma responsabilidade acrescida no cenário de mudança que caracteriza o mundo contemporâneo, o que requer que se reorganizem internamente de forma a concretizar, com eficácia, as expectativas que nelas se depositam enquanto elementos estruturantes do desenvolvimento equilibrado da própria sociedade. Na perspetiva da Federação Académica de Lisboa, a aposta no conhecimento constitui um designio central da sua identidade, posicionando o emprego científico como elemento de relevo na sociedade portuguesa. Neste sentido, impera reconhecer o investimento em recursos humanos dedicados à atividade científica como fundamental para garantir o aumento da qualificação da população e retomar um processo de convergência progressiva com a Europa.

Em correspondência com a proposta do executivo em funções, acreditamos que a atração e a fixação de recursos humanos qualificados, incluindo o estímulo à abertura de oportunidades de emprego e o desenvolvimento de carreiras profissionais de doutorados, juntamente com a promoção do rejuvenescimento dos recursos humanos das entidades que integram o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, são propósitos fundamentais do compromisso de Portugal com o conhecimento.

Não obstante, desde 2011 que os sucessivos Orçamentos de Estado, através dos artigos 23º e 27º presentes no capítulo III dedicado às “Disposições relativas a trabalhadores do setor público, aquisição de

serviços, proteção social e aposentação ou reforma”, se traduzem em fortes restrições à contratação na função pública.

Os números, divulgados pela Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) espelham o fracasso do sistema no que concerne à renovação dos corpos docentes das instituições, tendo este fenómeno impacto direto na qualidade das práticas pedagógicas e científicas bem como no desenvolvimento da investigação.

Dados fornecidos pelo Registo Biográfico dos Docentes do Ensino Superior (REBIDES) relativos ao ano letivo 2014/2015, indicam que o Ensino Superior registou uma redução do número de docentes igual a 8,8%, entre o ano letivo 2012/2013 e o ano letivo 2014/2015. Adicionalmente, segundo a Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), publicação trimestral da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) relativa ao 1º trimestre de 2016, desde dezembro de 2011 até março de 2016 registou-se uma quebra de 25,5% na carreira de Investigação Científica a tempo inteiro e de 5,7% na docência do Ensino Superior Politécnico. Relativamente ao Ensino Superior Universitário registou-se um aumento de 0,2% na docência, valor ainda inócuo no panorama inicial mas que já demonstra uma evolução nesta matéria. Contudo, acresce a estes dados ainda o facto da redução real ser superior dado que, ao contrário do que sucede na restante administração pública, muitos dos vínculos contratuais de docentes e investigadores no Ensino Superior são a tempo parcial.

Relativamente à faixa etária dos docentes, é ainda de salientar que, segundo os dados presentes no REBIDES relativo ao ano letivo 2014/2015, os quadros docentes das instituições apresentam uma percentagem de efetivos com idade igual ou superior a 50 anos de cerca de 40%, tendo a idade média dos professores aumentado três anos, entre 2005 e 2014, estando fixada em 46 anos e o número de docentes com menos de 30 anos diminuiu mais de 60% ao longo da última década. No mesmo sentido, o número de professores entre os 30 e os 39 anos está em quebra, sendo menos 36% desde 2005.

Medidas de congelamento da massa salarial, a não renovação dos corpos docentes nas instituições de Ensino Superior e o seu envelhecimento resultarão na estagnação das práticas pedagógicas e científicas, tornando-se fundamental proceder à revisão da restrição da massa salarial, visando o aumento da autonomia das instituições de forma a possibilitar não só uma renovação eficaz dos corpos docentes mas também o investimento na atualização de conhecimentos e práticas pedagógicas de forma a tornar as instituições competitivas em contexto internacional, quer no

panorama de investigação como na captação de estudantes estrangeiros.

Adicionalmente, é determinante que a progressão da carreira seja reavaliada, sob pena de os docentes não verem benefícios na própria formação pedagógica e de forma a garantir que os limites à contratação não comprometem a competência científica e as condições pedagógicas das instituições de Ensino Superior. Assim, a FAL considera desfasado da realidade dos sistemas de Ensino Superior de referência internacional a existência de quotas de progressão na carreira docente. Para além disso, o investimento na qualidade da atividade pedagógica tem sido fortemente condicionada por fatores como a massificação do ensino, a territorialização do conhecimento, o isolamento intelectual e a falta de formação pedagógica dos docentes, reivindicação feita também pela *European Students' Union* que defende uma formação pedagógica continuada dos docentes universitários.

Acredita a Federação Académica de Lisboa que o Ensino Superior deve ser o veículo primordial para a consolidação da sociedade do conhecimento em Portugal e que a democratização do acesso e do sucesso académico devem ser prioridades governativas, estando, no entanto, o sucesso desta expansão profundamente interligada com a qualidade formativa. Assim, o desenho de políticas públicas de estímulo à participação no Ensino Superior deverá ser acompanhado de políticas de implementação de modelos pedagógicos inovadores e valorativos qualitativamente, bem como novas metodologias de ensino e de transmissão de conhecimento.

Em função das disposições presentes no Programa do XXI Governo Constitucional para o Ensino Superior, é expressa a intenção de lançar um programa de apoio à atração e renovação contínua de docentes e de especialistas para as instituições de Ensino Superior, apresentando propostas de criação de mecanismos de recrutamento competitivos, de promoção e qualidade interna. Destaca-se também que nesta matéria é demonstrada a intenção de fomentar a mobilidade de docentes entre instituições, permitindo aos docentes o desenvolvimento de competências resultantes do contacto com diferentes contextos educativos, o que se refletirá positivamente no Ensino Superior.

Não obstante, considera a FAL que, com o Orçamento do Estado para 2016, o executivo em funções deu os primeiros passos com vista a esbater as incongruências existentes no que à contratação diz respeito. No entanto, encontram-se ainda por desbloquear os conflitos intergeracionais no sistemas Científico e de Ensino Superior. Por consequência, instamos o atual executivo a dar continuidade à concretização das medidas expressas

no Programa de Governo de forma a permitir a alteração das políticas de limitação à contratação, tão nefastas no atual panorama educativo a nível nacional, bem como a estabelecer condições que auferam à geração mais qualificada da História em Portugal a possibilidade de aceder às carreiras científicas e académicas, promovendo políticas de valorização do emprego científico e contrariando a precarização do mesmo.

INTERNACIONALIZAÇÃO

No decurso do mandato do XIX Governo Constitucional, a internacionalização do Ensino Superior português foi uma matéria amplamente discutida que culminou na compilação de 40 recomendações no documento “Estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português” e ainda através da criação do “Estatuto de Estudante Internacional”. No entanto, as opções estratégicas delineadas apenas foram parcialmente atingidas, ficando por solucionar, na consideração da Federação Académica de Lisboa, o problema maior na internacionalização do Ensino Superior português: a capacidade de atrair e diversificar os seus públicos.

Atualmente, como podemos observar no Programa de Governo do XXI Governo Constitucional, tendo como mote para a sua estratégia governativa ao nível do Ensino Superior “Modernizar, qualificar e diversificar o Ensino Superior”, é defendida a necessidade de reforçar os instrumentos de internacionalização do conhecimento, designadamente as parcerias internacionais, não descurando a avaliação dos resultados e dos seus impactos. A referir que o importante trabalho desenvolvido através do estabelecimento de parcerias estratégicas de colaboração com instituições, ao nível de programas de vários ciclos, parcerias de investigação ou mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, é determinante para a valorização das metodologias de ensino, bem como para a melhoria das práticas pedagógicas adotadas, permitindo um aumento da qualidade formativa, ao nível do Ensino Superior em Portugal. É com agrado que vemos a preocupação manifestada pela tutela no posicionamento de Portugal em duas áreas estratégicas – a União Europeia, num quadro referencial de produção científica, pela existência de projetos e quadros de apoio comunitários que fomentam a mobilidade, e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, através da captação de estudantes ao abrigo do Estatuto de Estudante Internacional, potenciando, assim, as relações políticas, sociais e culturais, historicamente estabelecidas com países do Médio Oriente, Ásia, África e América Latina, como via à divulgação específica aos diferentes públicos-alvo, em particular àqueles estudantes interessados na aprendizagem da língua portuguesa.

Considera-se, por isso, que devem ser envidados esforços no sentido de redefinir o papel da A3ES e dos sistemas de avaliação internos, de forma a incentivar as instituições a adotarem medidas de Garantia de Qualidade progressivamente mais eficientes, incrementando os níveis de confiança no Ensino Superior português e consequentemente tornando-o mais

atrativo para estudantes estrangeiros. Uma das formas importantes para que as instituições de Ensino Superior português sejam cada vez mais uma escolha dos estudantes estrangeiros é através da divulgação internacional da oferta formativa do nosso país. Esta divulgação será tanto melhor e mais eficaz quanto maior for o apoio da tutela.

A nível da mobilidade, é consideração da Federação Académica de Lisboa que esta deve ser estimulada, promovendo o acesso aos programas de financiamento criados com o objetivo de apoiar esta prática. Ao nível das competências europeias, é importante que o programa Erasmus +, recentemente revisto tendo resultado no alargamento do seu âmbito de ação, missão e público-alvo, receba um reforço orçamental garantindo que o programa abrange um número maior de estudantes e que situações como as registadas em anos anteriores, como a falta de fundos para o apoio dos estudantes em mobilidade, não se voltem a verificar. Analisando os dados relativos à mobilidade estudantil é possível concluir que se verifica uma maior mobilidade dos países do sul para o norte e centro da Europa. Considera a FAL que urge inverter esta tendência, quer ao nível da mobilidade estudantil, quer ao nível da mobilidade de investigadores. Assim, defende a Federação Académica de Lisboa que deve a tutela convocar um sério e rigoroso debate com as instituições europeias, com vista à implementação de mecanismos que potenciem o desenvolvimento dos sistemas científicos e de Ensino Superior no espaço europeu com base na premissa de desenvolvimento sustentado e consolidação de um espaço científico europeu harmonizado qualitativamente. Para tal, é determinante que sejam introduzidos incentivos à mobilidade de quadros e estudantes para as instituições de Ensino Superior localizadas no sul e periferia da União Europeia, dos quais advenham reais ganhos de escala na consolidação e valorização qualitativa dos mesmos. Esta medida deve ainda ser acompanhada de políticas europeias e nacionais de incentivo à fixação desses mesmos recursos humanos, potenciando a construção de bases que permitam aos sistemas científicos e de Ensino Superior da zona sul da Europa acompanhar os sistemas centrais e do norte europeus.

No quadro estratégico nacional é também importante que o Governo implemente, com a maior brevidade possível, o Conselho para a Internacionalização do Ensino Superior Português (CIESP), conselho este que se encontra previsto pela Resolução do Conselho de Ministros nº47/2015, que determina a elaboração do Plano de Ação Bienal para a internacionalização do Ensino Superior, sendo que a sua criação inclui representantes das organizações representativas dos estudantes do

Ensino Superior português. Este conselho tem a responsabilidade de emitir pareceres e recomendações, pronunciar-se sobre matérias que sejam submetidas pelos membros do Governo e promover a coordenação entre instituições e entidades.

Prevê-se atualmente que seja efetuado um reforço dos instrumentos de internacionalização das instituições de ensino sendo por isso fundamental a criação de uma estratégia para o funcionamento do CIESP, de forma a garantir que as metas impostas pelo atual executivo possam ser atingidas com sucesso, consolidando o crescimento a nível internacional do ensino português.

Relativamente à Ciência e Tecnologia, o executivo em funções apresenta medidas claras para que haja uma inversão da visão estratégica aplicada pelo anterior quadro legislativo, privilegiando um reforço orçamental no investimento em Ciência e Tecnologia, que se traduzirá, nomeadamente, num reforço dos instrumentos de internacionalização do Sistema Científico.

A estratégia no âmbito da internacionalização do Sistema Científico e do conhecimento produzido em Portugal deve privilegiar a participação em programas europeus e outras redes de parcerias internacionais, nomeadamente as redes transatlânticas, bem como o reforço de parcerias internacionais com instituições e centros conhecidos internacionalmente. Também a aposta na diáspora científica portuguesa, sobretudo ao nível consular, no que diz respeito às redes de conhecimento emergentes será uma medida que a Federação Académica de Lisboa vê com agrado, que define como principais destinatários desta estratégia instituições científicas e grupos empresariais líderes à escala global.

Tal como se verifica na mobilidade dos estudantes, que acontece unilateralmente entre alguns países da União Europeia, também ao nível da mobilidade de investigadores se verifica que não acontece com a mesma fluência em todos os países da Europa, pelo que devem ser feitos esforços de forma a harmonizar o desenvolvimento do espaço europeu ao nível da Investigação & Desenvolvimento (I&D).

Considera-se ainda que, tal como previsto no programa do XXI Governo Constitucional, seja relançado o programa Ciência GLOBAL, visando a capacitação de investigadores dos países africanos de língua portuguesa, juntamente com programas para a promoção do português como língua de ciência, numa lógica de uso do português para capacitação científica e tecnológica e para promoção de indústrias culturais, é igualmente outra medida levada a cabo pelo atual executivo e que igualmente será um

importante desenvolvimento da ciência nos países de língua portuguesa.

A relação com a diáspora sofreu diversas alterações positivas. Contudo, é determinante estabelecer condições objetivas para que a comunidade científica portuguesa, a desenvolver atividade científica em instituições internacionais, possa retornar ao seu país de origem, contribuindo com a sua experiência e *know-how* para a valorização das instituições e centros nacionais e para o conhecimento produzido em Portugal.

Considerando determinantes as parcerias entre instituições e centros de investigação nacionais com redes internacionais, tal estratégia deve produzir mais-valias ao nível formativo, contribuindo deste modo para a valorização interligada dos sistemas científico e educativo, potenciando ganhos de escala, nas dimensões de ensino-investigação, ensino-aprendizagem, modernização pedagógica e valorização dos currículos das instituições Científicas e de Ensino Superior.

Assim, acredita a Federação Académica de Lisboa que o desenvolvimento de consórcios e parcerias para programas de Doutoramento e Pós-Doutoramento, bem como para redes de investigação transnacionais, devem ser tidos como prioritários para a implementação e desenvolvimento de *Research Universities* em Portugal, capazes de atrair investigadores internacionais e potenciar o Sistema Científico nacional.

AÇÃO SOCIAL

Serviços de Ação Social

Ação Social Direta

Ação Social indireta

Programa + Superior

O modelo de financiamento do Ensino Superior em Portugal rege-se por uma base tripartida, dependente da dotação prevista no Orçamento do Estado, das receitas próprias captadas pelas instituições e das taxas de frequência, suportadas pelos estudantes e/ou respetivas famílias. Paralelamente, compete ao Estado garantir a existência e eficiência de um sistema de ação social, destinado a garantir que o acesso e o sucesso académicos no Ensino Superior, quer de frequência, quer de conclusão, sejam estéreis às condições sociais de origem ou de pertença dos estudantes. Isto é, compete ao Estado, conforme disposto no n.º1 do art.º 74º da Constituição da República Portuguesa, garantir que nenhum estudante é condicionado ou impedido de estudar por razões de índole económica.

É consideração da Federação Académica de Lisboa que a ação social no Ensino Superior cumpre um papel determinante para o esbatimento das desigualdades e constitui uma via fundamental para garantir condições de mobilidade social ascendente aos estudantes provenientes de famílias com maiores fragilidades económicas, auferindo aos estudantes condições mínimas para a conclusão com sucesso da formação superior, através da melhoria das condições de estudo, por via de uma bolsa de estudo (ação social direta) e da prestação de serviços, por via de cantinas de ação social, alojamento e outros (ação social indireta). É, por consequência, prioritário para a Federação Académica de Lisboa que o sistema de ação social, bem como qualquer outro mecanismo de carácter institucional desenhado para eliminar os impactos gerados pelas condições sociais de origem ou de pertença no sucesso académico, sejam valorizados e adequados à realidade conjuntural da sociedade portuguesa. É ainda consideração que um sistema de ação social focado no estudante e adaptado às reais necessidades do mesmo constitui um elemento vital para o alargamento da base social no Ensino Superior e contribui fortemente para o aumento da população qualificada em Portugal.

Serviços de Ação Social

Os serviços de ação social existentes nas instituições de Ensino Superior de carácter público são instituições com autonomia financeira e de base institucional, competindo-lhes a garantia das funções da ação social. A autonomia que os mesmos sofrem resulta da necessidade de diferenciar o financiamento proveniente do Orçamento do Estado para

o funcionamento das instituições de Ensino Superior e o financiamento destinado ao pagamento de bolsas de estudo, necessidade solucionada por via da criação do Fundo de Ação Social, mecanismo que centralizou o pagamento das bolsas de estudo a nível nacional. Paralelamente, a transferência dos processo de requerimento de bolsa de estudo dos serviços de ação social para a Direção-Geral do Ensino Superior, por via da introdução de uma plataforma destinada para o efeito, descomplexificou os processos e reduziu, de forma substancial, a sua morosidade.

As transformações nas práticas e nas responsabilidades destes serviços ao longo dos últimos anos abre campo a uma reflexão sobre a organização dos mesmos, em particular no que diz respeito à sua função e impactos na comunidade. Defende a Federação Académica de Lisboa que, nesta matéria, é relevante considerar-se a institucionalização, a nível nacional, de estruturas de base regional, tuteladas pelo Estado, que desenvolvam a política de ação social, quer direta, quer indireta, no Ensino Superior, promovendo a equidade de políticas a nível nacional e adequando os mecanismos previstos às necessidades do estudante, independentemente da instituição a que o mesmo esteja afeto. De facto, este modelo não é absolutamente desprovido de contexto ou de lógica nas práticas correntes. Compreendendo a vantagem da coordenação de esforços como via para maximizar resultados, as estruturas de ação social das várias instituições de Ensino Superior hoje existentes já desenvolvem voluntariamente mecanismos de cooperação regional que lhes permitem melhorar os seus resultados, quer ao nível dos processos de análise dos requerimentos de bolsa de estudo, quer ao nível dos procedimentos de monitorização da atribuição das mesmas ou ainda agrupando as necessidades de aquisição de bens e serviços pelas unidades de alojamento e alimentação, garantindo melhores condições de compra e melhorando a oferta aos estudantes. Em alguns casos, deste esforço de cooperação resultou o acesso indiferenciado, em condições equitativas, dos estudantes aos serviços existentes no espaço regional, sem que a instituição de Ensino Superior a que estão afetos produza algum tipo de prejuízo aos mesmos. Defende a FAL que este tipo de medidas de colaboração devem ser promovidas e alargadas a todas as regiões, incentivando o estabelecimento de consórcios entre as mesmas com o intuito de valorizar qualitativamente a oferta e, por essa via, melhorar as condições de frequência dos estudantes do Ensino Superior.

Tendo em conta a importância suprarreferida de estabelecer espaços de atendimento centralizados, designadamente para fins de análise dos

requerimentos de bolsa de estudo, a institucionalização destas estruturas de maior dimensão e com recursos humanos especializados e em maior número permitirá uma redução efetiva dos tempos médios de análise de processos e, por consequência, dos tempos de resposta. Estes serviços, por via da sua independência das instituições de Ensino Superior, podem constituir ainda uma significativa vantagem no estabelecimento de acessos indiferenciados dos estudantes aos serviços das diferentes instituições (não apenas no contexto regional mas também nacional), legitimando a génese do sistema de ação social, que é o resultado de um compromisso estabelecido entre o Estado e o estudante, e por isso isento de qualquer diferenciação por via da instituição de frequência.

Não obstante o disposto, salvaguarda-se que estes serviços centralizados existam em correlação com espaços de atendimento descentralizados, destinados a garantir proximidade nas situações em que tal é exigido, bem como em casos de maior afluência dos serviços centrais.

Paralelamente, importa que as lógicas de funcionamento dos serviços de ação social sofram profundas transformações. É determinante, na ótica da FAL, que estes serviços, para além da gestão processual de requerimentos de bolsas de estudo e da gestão de refeitórios e alojamentos, sejam elementos motrizes para a deteção de situações de carência económica ou transformação da situação socioeconómica dos estudantes e dos seus agregados, em particular nos casos em que dessa mudança resultam prejuízos para o sucesso académico. Importa por isso que os serviços de ação social assumam uma postura proativa na comunidade estudantil e que se afirmem como o agente de coordenação de políticas de deteção precoce de situações de potencial risco e ativos na produção e implementação de mecanismos contributivos para o esbatimento das desigualdades.

Ação Social Direta

A ação social direta no Ensino Superior concretiza-se através da atribuição de apoios pecuniários a estudantes que, no quadro da regulação vigente, ao caso o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), sejam considerados carenciados. Não obstante a análise processual ser da competência de cada um dos serviços de ação social localizados nas várias instituições de Ensino Superior, a gestão das candidaturas, via plataforma online e

pelos pagamentos, são da responsabilidade da Direção-Geral do Ensino Superior, instituição tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Em matéria de ação social direta, o RABEEES constitui o diploma fundamental para a definição dos critérios para atribuição de bolsas de estudo no âmbito do Ensino Superior, constituindo a mais importante modalidade de atribuição de apoios do Estado à frequência no Ensino Superior de estudantes carenciados, tendo como responsabilidade última estabelecer uma condição equitativa de frequência e de sucesso entre todos os estudantes.

A revisão levada a cabo em 2015 introduziu importantes alterações ao documento, designadamente ao nível da abrangência do mesmo, em particular por consequência do alargamento dos estudantes elegíveis, resultante do aumento do limiar de elegibilidade de 14 para 16 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Esta revisão, considerada pela Federação Académica de Lisboa como um dos mais importantes contributos para a efetivação da igualdade de oportunidades dos estudantes do Ensino Superior, quer ao nível do acesso quer no sucesso, tem merecido acompanhamento por parte do atual Executivo, designadamente com o reforço das verbas de ação social previstas no Orçamento do Estado.

Não obstante, considera a Federação Académica de Lisboa que, enquanto o abandono escolar por razões económicas não deixar de ser um fator existente no Ensino Superior, o sistema de ação social não cumpre na plenitude a sua função. Para tal, propõe-se um conjunto de medidas que se consideram determinantes não só para uma maior inclusão de públicos, mas também para uma mais justa distribuição das verbas disponíveis. No que a contabilização de rendimentos do agregado familiar diz respeito, considera-se desadequado a contabilização de rendimentos ilíquidos para o cálculo da capitação, uma vez que os valores que constituem descontos obrigatórios para os regimes de proteção social e outros, alguns deles retidos na fonte, não estão verdadeiramente disponíveis para investimento em educação superior por parte das famílias. Assim, considera a FAL que ou são substituídos os rendimentos ilíquidos por líquidos para a contabilização de rendimentos do agregado familiar, ou deverá ser alargado o limiar de elegibilidade de forma a compensar a verba não disponível.

No seguimento destas correções, é sabido que um dos principais critérios de indeferimento de bolsa de estudo se prende com a necessidade do estudante bolseiro garantir um mínimo de aproveitamento escolar no

ano anterior àquele a que concorre a bolsa de estudo. Considera a FAL pertinente esta condição, no entanto considera as condições previstas para o aproveitamento desadequadas. O atual regulamento prevê que as condições de aproveitamento necessárias para garantir a elegibilidade sejam o cumprimento a 60% dos créditos inscritos, para qualquer número de ECTS superior a 60. Por oposição, defende a FAL a fixação de aproveitamento máximo nos 36 ECTS, independentemente do número de créditos a que o estudante se encontre inscrito, acima dos 60. Por esta via, considera-se que o sistema se torna mais abrangente, introduzindo maior justiça na aplicação dos critérios em questão, uma vez que já está previsto no diploma um número máximo de anos em que o estudante pode ser apoiado até concluir a sua formação.

Paralelamente, defende a FAL que, no que a estudantes de 1º ano diz respeito, a percentagem de cumprimento deve ser reduzida para 50%, por consequência da necessidade de habituação ao sistema de Ensino Superior, tanto ao nível de carga disciplinar como de exigência, e muitas vezes associado a uma mudança de região e à consequente deslocação da residência de origem, condições que podem produzir impactos no rendimento do estudante.

Ainda no que a esta matéria diz respeito, considera a FAL pertinente a previsão de existência de um ano de carência, que aufera ao estudante a capacidade de continuar a ser abrangido por bolsa de estudo, mesmo que num determinado ano letivo não cumpra a exigência de 60% de aproveitamento escolar mínimo, hoje exigido à luz do regulamento, desde que reúna condições de terminar o curso em n+1 ou n+2, como previsto na alínea f) do art.º 5º do regulamento em questão. Esta proposta advém da existência de casos de inadaptação de estudantes, quer à instituição, quer à área formativa, bem como a questões externas que possam limitar as condições de sucesso no Ensino Superior. Considera a Federação Académica de Lisboa que o sistema deve prever este tipo de situações, ainda que salvaguardadas todas as demais condições de elegibilidade previstas no Despacho n.º 12780-B/2011 (2.ª série), de 23 de setembro, alterado pelo Despacho n.º 4913/2012 (2.ª série), de 10 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 536/2012 (2.ª série), de 20 de abril. Despacho n.º 8442-A/2012 (2.ª série), de 22 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1051/2012, de 14 de agosto e alterado pelo Despachos n.os 627/2014 (2.ª série), de 14 de janeiro e 10973-D/2014 (2.ª série), de 27 de agosto e Despacho n.º 7031-B/2015 (2.ª série), de 24 de junho.

No que concerne à comunidade estudantil com necessidades educativas especiais, avalia-se como pertinente a previsão de um aumento do limiar de elegibilidade para efeitos de bolsa de estudo do Ensino Superior para estes estudantes, posto o custo acrescido que a frequência representa aliada às despesas em serviços de saúde, transporte e alimentação adaptadas à incapacidade atestada.

Por último, e por ser consideração que o acesso e frequência no Ensino Superior não pode estar dependente de condições económicas, como via para garantir o adequado acompanhamento dos estudantes ao abrigo de bolsa de estudo, bem como de todos os estudantes que por razão de condições económicas possam incorrer em risco de insucesso ou de abandono, defende a Federação Académica de Lisboa a constituição de um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de carácter permanente, dedicado a avaliar os impactos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, bem como a conjuntura do sistema, com vista a identificar e implementar medidas necessárias num reduzido espaço temporal. Considera ainda que este grupo de trabalho, integrando membros do Executivo responsáveis pela pasta, deve ter ao seu dispor uma verba prevista no orçamento dedicado ao Ministério, para dar resposta a situações identificadas, de carácter estrutural.

Ação Social indireta

A ação social indireta compreende um conjunto alargado de serviços, disponibilizados a todos os estudantes do Ensino Superior e geridos pelos serviços de Ação Social de cada instituição. É consideração da Federação Académica de Lisboa que, não obstante ser objetivo fundamental dos mecanismos de ação social combater o papel das desigualdades socioeconómicas nas condições de frequência e sucesso no Ensino Superior, os mecanismos de ação social indireta devem continuar a assumir um carácter transversal à totalidade da comunidade estudantil do Ensino Superior. Por consequência desta consideração, devem ser garantidas condições equitativas, previstas na lei, de acesso à ação social indireta, designadamente em matéria de alojamento e alimentação, em todas as instituições de Ensino Superior, sem qualquer prejuízo por razões geográficas ou de número de estudantes.

Não obstante a existência de legislação orientada para a uniformização

de critérios para a totalidade das instituições de Ensino Superior, é hoje evidente que os diplomas em questão já perderam profundidade e não enquadram o modelo em prática nas instituições a nível nacional. Por exemplo, o facto do critério para a fixação do preço de refeição social dos serviços de ação social ser o preço mínimo, permite a existência de valores diferenciados entre instituições, inclusivamente dentro de uma mesma região. Paralelamente, no que à despesa com alojamento diz respeito, não obstante a sua definição a nível legal, a realidade dos custos com alojamento no Ensino Superior ultrapassam os limites estabelecidos, designadamente por razão de taxas suplementares destinadas a limpeza, utilização de espaços ou materiais transversais, como por exemplo a internet ou maquinaria para lavagem de roupa. Estes serviços, para qualquer estudante do Ensino Superior deslocado da sua residência de origem e muitas vezes impossibilitado de se deslocar à sua residência familiar regularmente, constituem elementos fundamentais para a gestão do seu quotidiano.

Considera por isso a Federação Académica de Lisboa determinante redesenhar os mecanismos reguladores dos sistemas de ação social indireta, estabelecendo como referência para o seu cálculo o valor do Indexante dos Apoios Sociais, substituindo o cálculo com base no valor do salário mínimo nacional, prática já institucionalizada no restante sistema de ação social, bem como nas prestações sociais.

Para esse fim, propõe-se o estabelecimento de um valor máximo a cobrar por refeição social nas cantinas dos serviços de ação social do Ensino Superior, de carácter nacional e menos permeável a variações ao longo do tempo. Considera a FAL que esse valor não deve ser superior ao 0,55% do IAS, correspondendo a uma verba de 2,30€ . Paralelamente, o valor máximo mensal a cobrar por numa residência dos serviços de ação social não deve ultrapassar o equivalente a 17,5% do Indexante dos Apoios Sociais, valor ao qual não deve ser adicionada nenhuma taxa extraordinária dedicada a despesas correntes, sem prejuízo de taxas afetas a serviços complementares, acionados voluntariamente pelos estudantes.

Considera ainda a Federação Académica de Lisboa que as despesas de frequência no Ensino Superior são variáveis em função da área científica em que o aluno se encontra. Importa por isso estabelecer mecanismos que auxiliem financeiramente os estudantes com menores recursos económicos a comportar estes encargos, nomeadamente as despesas correntes com material indispensável para a adequada prática e frequência das formações em questão. Sugere-se o desenvolvimento de espaços

físicos nas instituições de Ensino Superior destinados à comunidade estudantil ou a celebração de protocolos com espaços comerciais com atividade correspondente, garantindo acesso a materiais a custo reduzido aos estudantes com comprovadas carências económicas. Considera ainda a FAL que esta distinção deve constar das especificidades do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, passando o mesmo a prever atribuições financeiras complementares em função da natureza da área disciplinar, a partir de uma tabela de caráter nacional desenhada para o efeito.

Adicionalmente, a fim de assegurar a contextualização e aproximar os serviços prestados com a realidade da comunidade académica, devem simultaneamente as instituições de Ensino Superior ser sensibilizadas para a criação de fóruns de discussão e decisão no âmbito dos processos da ação social que sejam considerados órgãos de gestão do estabelecimento. A respetiva implementação deverá fazer-se acompanhar de uma constituição que inclua representantes dos estudantes, regulamento próprio e competências que incluam aprovar a política interna de ação social escolar, fixar e fiscalizar o cumprimento das normas de acompanhamento que garantam a funcionalidade dos respectivos serviços, dar parecer sobre o relatório de atividades, bem como sobre os projetos de orçamento para o ano económico seguinte e os planos de desenvolvimento a médio prazo para a ação social, propor mecanismos que garantam a qualidade dos serviços prestados, definir os critérios e os meios para a sua avaliação e promover outros esquemas de apoio social que considere adequado.

Em suma, defende a Federação Académica de Lisboa uma modernização dos enquadramentos legais existentes para matérias de ação social indireta, com o propósito de aumentar a personalização dos serviços às necessidades dos estudantes, harmonizando a relação entre a prática e as condições de frequência. Defende ainda a consonância entre práticas a nível nacional, em particular no que a matéria de despesas diz respeito, eliminando custos complementares e assegurando a equidade entre serviços de ação social a nível nacional.

Programa + Superior

O Programa + Superior, introduzido no ano letivo de 2014/15, foi desenhado com o intuito de apresentar uma solução válida para o combate à falta de coesão territorial em regiões com menor procura e menor pressão demográfica, visando combater o fenómeno particularmente na dimensão da atratividade das instituições de Ensino Superior. As metas delineadas para o mesmo visavam o reforço do contributo das instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento regional, aumentando o número de diplomados em Portugal, e potenciação da fixação de recursos humanos qualificados nas regiões com menor densidade populacional, potenciando a economia e a produção regional.

Não obstante, o diploma em questão pecava, na consideração da Federação Académica de Lisboa, por falta de profundidade, designadamente por ser pouco atrativo para o público-alvo. O programa previa, na sua configuração original, a atribuição de 1000 bolsas de estudo individuais, no valor de 1500€, destinadas a estudantes que migrassem do litoral para o interior. No entanto, poucos foram os esforços desenvolvidos para que esses mesmos recursos se fixassem definitivamente nas regiões em questão, por ausência de programas suplementares ao + Superior, como programas de estágios e políticas de incentivo à fixação territorial. Paralelamente, o programa merecia, nesta configuração, uma crítica estrutural. O modelo de seriação apresentado favorecia os estudantes que apresentassem uma média de candidatura mais elevada, tornou beneficiários deste programa estudantes que já haviam tomado a opção de frequentarem aquela instituição e curso específicos, independentemente da atribuição da bolsa em questão, ficando por resolver o propósito principal do programa.

Para 2016/17, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior dotou o programa de um novo desenho, colocando o mesmo na esfera da ação social, por razão de o mesmo discriminar positivamente estudantes já abrangidos por bolsa de estudo, sendo um complemento à atribuição de bolsas no ensino superior nacional. Ou seja, os critérios para a análise das candidaturas à bolsa de mobilidade passarão a ser os mesmos definidos no Despacho n.º 7031-B/2015, de 24 de junho de 2015, que aprovou o atual regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior (RABEEES). Por consequência, considera a FAL que não se pode interpretar esta opção de forma diferente de um reconhecimento, por parte do Governo, que o sistema de ação social é ineficiente e que

os valores atribuídos a título de bolsa de estudo não são suficientes. Merece, por isso, apreciação negativa a limitação aos estudantes bolsheiros uma vez que esta situação cria uma enorme desigualdade entre os próprios bolsheiros de ação social, porque os critérios relacionados com os pares estabelecimento/curso não permitem que a abrangência seja efetivamente nacional e universal, colocando critérios desiguais à regular atribuição de bolsas já existente e confundindo ambos os programas. Também conceitualmente não se considera que seja a promoção dos estudantes mais carenciados para as zonas demograficamente menos densas o propósito deste programa. Defende-se, por consequência, que o desenho do novo programa espelhe a fragilidade do sistema de ação social e a necessidade de proceder a uma efetiva revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. É posição de que o RABEEES deve ser revisto com vista a cumprir a função para que foi introduzido e cabendo ao programa + Superior a responsabilidade de apoiar estudantes que migrem para regiões com menor densidade populacional.

Em suma, considera a FAL que o Programa +Superior constitui um importante avanço no incentivo à fixação em regiões do interior, embora no nosso entender as alterações apresentadas pouco acrescentam no cumprimento do objetivo elencado e são insuficientes na tentativa de aumentar as áreas de incidência do programa: atente-se que esta nova regulamentação tenta, ao mesmo tempo, resolver carências económicas, promover a mobilidade estudantil para zonas de baixa densidade populacional, combater o abandono escolar, promover os TeSP e o ingresso de maiores de 23, ao mesmo tempo que exige, para renovação da bolsa, cumprimentos absolutos superiores em termos de aproveitamento escolar. Ao tentar resolver todos os problemas de uma só vez, a regulamentação falha na própria definição original do programa.

Ademais, tal como assinalado em outros momentos, considera-se fundamental a promoção de outros mecanismos de coesão territorial que complementem a ação do +Superior, nomeadamente: a criação de mais e melhores incentivos, tanto fiscais como para a criação do próprio negócio; a criação de estágios e de emprego qualificado; o estímulo à efetiva permanência dos diplomados nessas regiões após a conclusão dos estudos, sendo estes mecanismos para garantir a fixação permanente de população. De outro modo, os estudantes que beneficiem deste programa não terão condições para continuar a residir nas regiões em causa após terminarem os seus cursos, tornando-se o + Superior ineficaz no cumprimento dos seus objetivos a longo prazo.

ABANDONO ESCOLAR

Principais Fatores para o Abandono Escolar

Boas práticas de prevenção ao Abandono Escolar

O abandono escolar constitui, presentemente, um dos maiores obstáculos à consolidação do sistema educativo nacional enquanto realidade transversal à sociedade portuguesa, inerte a desigualdades sociais, económicas ou culturais. Estudos setoriais produzidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Universidade de Évora ou o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra posicionam o fenómeno não apenas como profundamente danoso para a consolidação do Ensino Superior, mas também fortemente correlacionado com as desigualdades socioeconómicas e com o insucesso escolar.

Os dados avançados pela DGEEC espelham bem a gravidade do fenómeno. Em 2012/13, aproximadamente um em cada dez estudantes do Ensino Superior inscritos no ano transato já haviam abandonado o Ensino Superior, o que se traduz em cerca de 8600 estudantes. Após a reflexão sobre a dimensão do problema, várias medidas foram implementadas e desenhadas, das quais se destaca o importante papel do RAIDES, que permitirá acompanhar os estudantes ao longo de todo o seu percurso. Mais recentemente e no âmbito do Simplex + 2016, a medida Estudante ID poderá ser um mecanismo fundamental para melhor conhecer a realidade no decurso do ano letivo, aumentando a capacidade de intervenção a curto prazo.

No entanto, estamos ainda longe de nos encontrar num cenário de conhecimento pleno sobre esta matéria. Em boa hora a Assembleia da República fez aprovar a Resolução 60/2013 de 28 de março, que recomendava ao Governo a elaboração de um relatório anual sobre o abandono escolar no Ensino Superior, resolução que até ao presente se encontra por cumprir. Ultrapassar esta realidade, efetivando a produção de estudos rigorosos sobre esta matéria, constitui um passo determinante para a produção de políticas sustentadas que permitam ultrapassar este fenómeno, profundamente danoso para o sistema de Ensino Superior e altamente contributivo para a perpetuação das desigualdades estruturais no acesso ao conhecimento.

Não obstante, importa implementar, de imediato, medidas que visem minimizar os impactos do abandono no sistema educativo. Para tal, o papel dos agentes do Ensino Superior constitui um mecanismo fundamental, designadamente no quotidiano de frequência e de participação no sistema. Importa, por consequência, garantir que a globalidade da comunidade que constitui o Ensino Superior em Portugal esteja consciente do papel limitativo do abandono escolar para a democratização do conhecimento e, por consequência, para o atraso do sistema educativo nacional face aos sistemas de referência internacional.

Principais Fatores para o Abandono Escolar

O grupo de trabalho formado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas em 2013 concluiu, no que respeita aos motivos para o abandono escolar, que esta situação tem “vários fatores na sua génese: questões de ordem vocacional, dificuldades em corresponder ao grau de exigência da formação superior, dificuldades de gestão de tempo/carga horária (em particular no caso dos mestrados), desmotivação gerada por expectativas goradas, défices de formação de base, perceção de dificuldade de empregabilidade em algumas áreas, carências económicas, entrada no mercado de trabalho, entre outras”, tais como a má integração do estudante na instituição ou na cidade.

Os números reais do abandono escolar, desagregados por motivo que levou à situação de abandono, permanecem ainda hoje por apurar. No entanto, a consciência da gravidade do fenómeno ao longo dos últimos anos motivou, proativamente, a adoção de medidas em algumas instituições de Ensino Superior e, da parte do Estado, o lançamento do Programa Retomar, com o intuito de promover o reingresso no Ensino Superior e, mais recentemente, o aumento do limiar de elegibilidade na atribuição de bolsa de estudo para 16 vezes o Indexante dos Apoios Sociais.

Sendo conhecidos os motivos que estão na génese do abandono escolar, é fundamental identificar boas práticas, pensar soluções e implementar medidas que possam contribuir para a redução deste fenómeno. Neste sentido, agrupamos em quatro grandes grupos os principais motivos para o abandono escolar:

- Questões de ordem vocacional, porque a maioria dos candidatos ao Ensino Superior efetua a sua candidatura de acordo com aquela que considera ser a sua vocação profissional. Porém, face ao número de vagas, nem todos os candidatos são colocados nas suas primeiras opções de candidatura e, no que respeita à vocação, nem sempre a realidade da área profissional corresponde à ideia pré-concebida do estudante;

- Insucesso escolar, durante a frequência do Ensino Superior, défices de formação de base, assim como a dificuldade em gerir o tempo/carga horária podem conduzir a situações de insucesso escolar nos diferentes ciclos de estudos;

- Perceção de dificuldades de empregabilidade, a saturação do mercado de trabalho em algumas áreas profissionais, assim como a elevada taxa de desemprego jovem podem provocar a desistência da frequência do Ensino Superior;

- Dificuldades económicas dado que a adoção de normas que provoquem a redução do número de bolseiros cria, indubitavelmente, dificuldades acrescidas à frequência do Ensino Superior por parte dos estudantes em situações económicas de maior vulnerabilidade.

Boas práticas de prevenção ao Abandono Escolar

Como base genérica de prevenção ao abandono escolar, considera-se a difusão alargada dos mecanismos de apoio existentes uma medida determinante para a inversão desta realidade. A promoção de medidas informativas constitui, por inerência, um mecanismo preferencial para a sensibilização dos públicos-alvo e deve ser aplicado em duas dimensões: estudantes e candidatos a estudantes do Ensino Superior.

No que a estudantes do Ensino Superior diz respeito, é determinante o papel das instituições de Ensino Superior, bem como dos Serviços de Ação Social afetos às mesmas, designadamente no que diz respeito à monitorização do percurso estudantil, com vista a identificar indicadores preditivos de abandono escolar.

No que a candidatos a estudantes do Ensino Superior diz respeito, é determinante a promoção de momentos de divulgação de informação nas Escolas Secundárias, visando assinalar a importância da formação superior como veículo principal para a mobilidade social ascendente, bem como mecanismos contributivos para o sucesso académico, designadamente no que a estudantes inseridos em agregados familiares com menor capacidade económica diz respeito, procurando por esta via incentivar a frequência com sucesso no Ensino Superior.

Na ótica da Federação Académica de Lisboa, importa, na construção de um processo de valorização do Ensino Superior, estabelecer condições objetivas que confirmam aos estudantes, no momento de entrada, a noção de que a conclusão da formação será uma realidade. Para tal, é determinante estabelecer práticas preventivas no quotidiano das instituições de Ensino Superior, nomeadamente nas relações interpessoais, garantindo em cada agente do Ensino Superior um elemento ativo no combate ao abandono escolar. Por consequência, é da maior relevância fomentar um maior envolvimento dos docentes, coordenadores de curso, pessoal de apoio técnico e pares na identificação de situações de risco, por meio da formação e sensibilização para o abandono escolar.

Para esta matéria, considera a Federação Académica de Lisboa da

maior relevância a introdução de medidas de deteção precoce de potenciais indícios de abandono escolar, avançando algumas propostas, designadamente: a identificação e contacto com os estudantes que faltam aos momentos de avaliação, promovido pelos próprios docentes das unidades curriculares; identificação e contacto com os estudantes que faltam sucessivamente às horas de contacto obrigatórias; a criação de mecanismos de acompanhamento do estudante a nível nacional, recorrendo à monitorização do absentismo nas aulas e provas de avaliação e do percurso escolar, levadas a cabo pelos serviços de gestão académica e pelas unidades orgânicas; e a introdução de momentos de receção aos novos estudantes por iniciativas das instituições e representantes dos estudantes. Nas instituições onde já existe uma receção aos novos estudantes organizada, deve a mesma contribuir para o esclarecimento sobre os vários serviços e unidades científico-pedagógicas, áreas de atuação respetivas, competências e procedimentos envolvidos para deles usufruir/beneficiar.

Com base nos quatro grandes pontos definidos para análise desta matéria, a Federação Académica de Lisboa considera relevante a institucionalização de práticas a curto e médio prazo, visando reduzir drasticamente o impacto do abandono escolar no Ensino Superior.

No que a questões de ordem vocacional diz respeito, considera-se relevante introduzir, como medidas a curto prazo, a disponibilização de informação clara e objetiva sobre os objetivos e as saídas profissionais de cada ciclo de estudos. Também a maior divulgação relativamente às transferências e mudanças de curso no que diz respeito aos prazos e às condições requeridas, no momento próprio e, também, no início de cada ano letivo é tida como elemento determinante para evitar o defraudamento de expectativas ou a desmotivação dos estudantes com a área formativa. Em paralelo, considera-se da maior relevância a compilação das vagas disponíveis para transferências e mudanças de curso a nível nacional, com link de acesso à respetiva Instituição de Ensino Superior e disponibilização da informação na página da Direção-Geral do Ensino Superior, difundida pelas instituições.

Ainda no que a questões de ordem vocacional diz respeito, considera-se pertinente, a médio prazo, o reforço do aconselhamento vocacional no 3º ciclo do Ensino Básico e, sobretudo, no Ensino Secundário, bem como o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento ao estudante, nomeadamente gabinetes de apoio e gabinetes de psicologia que poderão ajudar o estudante a encontrar soluções para redefinição

do seu percurso académico, nomeadamente transferência de curso, acompanhados de programas que contribuam para a desburocratização dos processos acima referidos.

No que ao insucesso escolar diz respeito, considera a Federação Académica de Lisboa da maior relevância a introdução a curto prazo de mecanismos de acompanhamento do percurso académico do estudante de forma a identificar casos de insucesso escolar em tempo útil (identificação através dos sistemas de informação das instituições de Ensino Superior e consequente intervenção do docente tutor, quando aplicável, ou do coordenador do ciclo de estudos). Esta medida terá maior impacto em função de uma adequação dos horários de atendimento de cada docente às necessidades e, no início de cada ano letivo, disseminação do propósito deste horário, bem como das fichas das unidades curriculares devidamente preenchidas e atualizadas no início de cada ano letivo.

No que a medidas de médio-prazo diz respeito, considera-se imperativa a produção de políticas articuladas entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em particular no que a reformas diz respeito, com vista a aumentar a harmonização entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior.

Também a disponibilização de conteúdos e formações através de *e-learning* são vistas como permitindo colmatar algumas dificuldades dos estudantes, nomeadamente dos que apresentam limitações à presença em aulas. Também a criação de um sistema de alertas eletrónicos a partir do desempenho académico de cada estudante que notifique tanto o estudante como o tutor e/ou diretor de curso quando o estudante apresentar uma determinada taxa de insucesso, permitindo desencadear mecanismos de apoio existentes, em paralelo com o desenvolvimento de gabinetes de apoio ao estudo ou à realização de trabalhos académicos e de investigação e disponibilização de mecanismos de apoio adicionais a Unidades Curriculares com maiores taxas de reprovação são vistos como fundamentais para reverter processos de insucesso escolar.

Considera ainda a Federação Académica de Lisboa determinante a identificação e contacto dos serviços académicos com os estudantes que no 1º semestre não tenham realizado um mínimo de 50% dos ECTS a que estão inscritos na respetiva instituição, procurando identificar conjuntamente a natureza do problema e acionar mecanismos que invertam a tendência, por exemplo criando soluções de tutoria adaptadas ao seu currículo.

No que à perceção de dificuldade de empregabilidade diz respeito, importa, a curto prazo, garantir o cumprimento da disposição legal

que obriga à publicação, por parte das instituições de Ensino Superior, da informação estatística associada à empregabilidade dos cursos de licenciatura e mestrado integrado. Nos casos aplicáveis, sugere-se ainda a disponibilização por parte das instituições de Ensino Superior das condições exigidas pelas Ordens profissionais para o exercício da profissão.

Por último, no que a dificuldades e carências económicas diz respeito, considera a FAL determinante a identificação precoce de estudantes com pagamento de propinas em atraso e um contacto direto com o mesmo, por parte das instituições de Ensino Superior, visando identificar a natureza do atraso e apresentar soluções e mecanismos adequados, revertendo o cenário de abandono.

Sobre esta matéria e a médio prazo, importa garantir maior celeridade, sobretudo através do recurso à automatização na atribuição das Bolsas de Estudo, tal como previsto na medida Bolsas de Estudo + Simples, prevista no Simplex + 2016, nos casos de recandidatura sem alteração do nível de rendimentos. Esta medida deve ser acompanhada de uma maior celeridade na atribuição das bolsas de estudo aos estudantes recém-colocados, uma vez que a transição para o Ensino Superior, em particular no que a estudantes deslocados diz respeito, implica um elevado investimento financeiro, devido às exigências de adaptação a uma nova realidade e, na maioria dos casos, a uma nova localidade.

Paralelamente, importa garantir a criação e alargamento de fundos de apoio social, da responsabilidade das instituições de Ensino Superior, de forma a atenuar distorções resultantes da aplicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES) e que permitam apoiar estudantes que apresentem significativa carência económica na aquisição de materiais indispensáveis à frequência de determinados ciclos de estudos.

Por último, importa garantir uma maior flexibilização das normas que permitem a alteração do regime de inscrição de integral para parcial no decurso do ano letivo, garantindo que a alteração das condições de frequência é uma opção viável para evitar o abandono escolar, em casos de alteração das condições de vida.

QUALIDADE E AVALIAÇÃO

Avaliação e Acreditação dos Ciclos de Estudos

Encerramento de Ciclos de Estudos

Envolvimento dos Estudantes na Avaliação Externa

Futuro da Avaliação

Inquéritos Pedagógicos

Rankings e Ratings

A avaliação das instituições de Ensino Superior é um processo essencial para a averiguação da qualidade de ensino ministrada em cada instituição, porém este processo é extremamente moroso, minucioso e complexo. Durante os últimos anos, vários têm sido os processos de avaliação criados pelas próprias instituições e que são alvo de várias críticas positivas. Ainda assim, de forma a garantir a veracidade da avaliação, procedeu-se à criação de uma agência de garantia da qualidade do Ensino Superior, A3ES, sendo uma entidade externa às instituições e, conseqüentemente, independente, garantindo assim que a qualidade do processo é máxima pois não existem conflitos de interesse de qualquer outro tipo que possam corromper o processo.

A A3ES é também o órgão responsável pelo desenvolvimento dos procedimentos de avaliação que são contemplados pelo Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior (Lei n.º38/2007, de 16 de agosto) tendo por base que “A avaliação tem por objecto a qualidade do desempenho dos estabelecimentos de Ensino Superior, medindo o grau de cumprimento da sua missão através de parâmetros de desempenho relacionados com a respectiva atuação e com os resultados dela decorrentes” (RJAES art.3.º, 1.)

Avaliação e Acreditação dos Ciclos de Estudos

Segundo dados oficiais da DGES existem em Portugal 5262 cursos registados, o que torna a avaliação morosa, tendo obrigado à implementação de uma avaliação preliminar que avalia se os cursos apresentam os padrões mínimos de qualidade.

Neste processo foram submetidos, pelas instituições, 4379 cursos, dos quais 756 não satisfizeram os critérios de avaliação prévia desejados e, destes, 335 foram descontinuados por vontade das instituições que os ministravam, tendo 421 sido submetidos a avaliação e acreditação. A avaliação e acreditação é um processo que decorre em simultâneo com processos de avaliação de novos ciclos de estudos que haviam sido submetidos a acreditação anteriormente. A realização destes processos leva as instituições a reformular a sua oferta formativa garantindo o cumprimento dos padrões mínimos de qualidade, o que se traduzirá num aumento da qualidade da instituição.

Até ao final de 2016, o ciclo regular de avaliações e creditações estará concluído, permitindo que seja feita uma atualização da oferta formativa a nível nacional, tornando a oferta formativa consideravelmente melhor.

Encerramento de Ciclos de Estudos

O motivo pelo qual um ciclo de estudos pode ser encerrado deve-se ao facto de não apresentar os critérios mínimos que garantem a qualidade do ensino oferecido numa determinada área, o que leva à rejeição da sua acreditação e como tal esse curso deixa de poder ser lecionado. Após este veredito está previsto que “o mesmo ciclo de estudos pode, no entanto, continuar a funcionar regularmente, por mais dois anos lectivos, com os alunos nele matriculados e inscritos, de modo a possibilitar-lhes a sua conclusão” (número 3 da Resolução nº 53/2012 da A3ES) e “o período referido o nº3 pode ser prorrogado, nos casos em que especiais circunstâncias de funcionamento do ciclo de estudo, ou da situação dos alunos nele inscritos o justifiquem” (número 5 da Resolução nº 53/2012 da A3ES). Se já havia sido deliberado que não existiam condições suficientes para garantir a qualidade de ensino, no entender da FAL devem ser tidos em consideração os interesses dos estudantes, permitindo-lhes a escolha do que pretendem fazer no qual legitimamente ingressaram, garantindo que podem efetuar a transferência para uma outra instituição onde seja lecionado um curso com plano curricular semelhante sem que isso implique mais encargos financeiros para o estudante, devendo ser criados regimes excepcionais de forma a proteger os estudantes que em nada são culpados da situação que a sua instituição lhes apresenta.

Envolvimento dos Estudantes na Avaliação Externa

Atualmente os estudantes têm a possibilidade de ter um lugar nas Comissões de Avaliação Externa (CAE), sendo evidente que a inclusão de representação estudantil constitui um ganho significativo devido ao seu ponto de vista privilegiado, certamente capaz de identificar objetivamente os principais problemas do seu curso e instituição. Mesmo que em fase experimental, deve analisar-se qual o impacto da participação dos estudantes nas comissões e corrigir possíveis fragilidades.

Assim, consideramos que a A3ES deve primar por ouvir e discutir cada processo de avaliação com os estudantes, fomentando a discussão em torno de assuntos e problemas com que os estudantes vivem diariamente. Por isso, seria muito importante que a participação dos estudantes nas CAE passasse a ser obrigatória, o que com certeza se traduziria numa franca melhoria da avaliação externa realizada em cada instituição.

Futuro da Avaliação

O atual sistema de garantia de qualidade do ensino tem também como objetivo fomentar os sistemas de avaliação internos que são auditados, periodicamente, por entidades externas à instituição de forma a garantir que são realizados de forma correta. Inclusive o período de acreditação dos ciclos de estudos previa a existência de processos autônomos e voluntários de auditoria por parte das instituições, não fossem as instituições os principais agentes responsáveis na qualidade do ensino.

Durante os últimos 6 anos, o processo de acreditação, através das CAE, tem analisado cada curso de forma a verificar que a qualidade é garantida. Mas uma vez que este é um processo bastante moroso e que implica avultados encargos financeiros e administrativos, este processo deve ser simplificado, garantindo porém que é feito um acompanhamento regular da qualidade dos cursos sem que isso implique que as instituições voltem a fazer as suas próprias avaliações, o que se poderá traduzir numa comunicação de informações descuidadas da realidade das instituições e dos cursos por estas ministrados.

Inquéritos Pedagógicos

Os inquéritos realizados semestralmente em cada instituição podem ser uma preciosa ferramenta de análise das várias virtudes e fragilidades de cada curso. O que se verifica atualmente é que estes inquéritos não são aplicados em todas as instituições com o rigor necessário para que os resultados sejam passíveis de ser tidos em consideração, e que daí advenham medidas para a melhoria das fragilidades, ou sequer aplicados. É, por isso, essencial que seja uniformizado o modelo de aplicação dos mesmos nas academias, tendo sempre em consideração que cada instituição, devido às suas especificidades, deve construir o seu próprio inquérito, pois caso contrário não estará garantido que este cubra todas as questões que devem ser analisadas. Sugere-se a implementação transversal de inquéritos semestrais a todas as cadeiras de cada curso, e a todos os docentes que as lecionam, sendo que o aluno terá de responder aos mesmos para se poder inscrever no semestre seguinte.

No final do processo, os dados deverão ser analisados, tornados públicos e levadas a cabo as respetivas diligências, quer na reformulação de unidades curriculares quer na sanção de docentes, em que a avaliação

não corresponde aos mínimos exigidos pela instituição. Garantindo-se a atuação das entidades competentes, cada vez mais os estudantes se identificarão com os inquéritos, como um meio de excelência para denunciar casos em que o ensino não é ministrado da melhor forma, respondendo com seriedade aos mesmos. Certo é que não estão absolutamente abolidas práticas de não participação de estudantes ou de resposta enviesada, dificultando produção de conclusões fidedignas, sendo por isso determinante apelar à sensibilização dos estudantes para a importância dos inquéritos, para que a realização dos mesmos passe a ser uma rotina tida como relevante e não uma obrigação. Importa que, para garantir que os inquéritos realizados são fidedignos, seja dada ao aluno a possibilidade de não responder caso não tenha frequentado as aulas ou caso não saiba a resposta sobre um determinado assunto.

No entender da FAL, a realização de inquéritos constitui um fundamental barômetro para que as instituições de Ensino Superior possam introduzir ou ajustar à sua prática estratégias adequadas às reais necessidades dos estudantes, devendo por isso os mesmos assumir um caráter de obrigatoriedade e realizados em momento adequado à realidade de cada instituição. Importa, por isso, evitar a multiplicação de inquéritos nas Instituições de Ensino Superior, destinados a um mesmo fim, sob pena de perderem participação da comunidade estudantil e, por consequência, verem reduzida a profundidade dos seus resultados.

Rankings e Ratings

No nosso entender, rankings podem muitas vezes ter um efeito nefasto devido à seriação comparativa e redutora que é feita entre as várias instituições de Ensino Superior. Por esta razão, a Federação Académica de Lisboa apresenta algumas resistências às lógicas implementadas para a definição dos rankings, em particular por considerar que os mesmos detêm uma importante capacidade de influência das metodologias das instituições, limitando a sua autonomia e hierarquizando parâmetros de atividade. Defende-se, por consequência, a definição de critérios para a elaboração de rankings por pares, designadamente das instituições de referência em cada uma das áreas do saber, com vista a potenciar o desenvolvimento das instituições. Simultaneamente consideramos que é possível que existam vantagens na implementação de ratings

nacionais, cuja classificação teria como critério o resultado das avaliações realizadas pela A3ES. Assim seria garantida a transparência nas avaliações e poderia ser um factor na ponderação da atribuição de alguns objectivos a determinadas instituições, bem como poderia contribuir em larga escala para a publicitação de determinadas áreas de estudo e também da instituição em si.

EMPREGABILIDADE

Empregabilidade dos Ciclos de Estudo

Acesso à Profissão e ordens profissionais

Estágios profissionais

Condição perante o emprego

Formação Contínua

É através do investimento na educação que a população se pode tornar mais capacitada de forma a poder servir o nosso país de forma eficaz e potenciando o avanço científico, tecnológico e empresarial do mesmo. Atualmente encontramos-nos perante uma das gerações mais qualificadas de sempre. Os desafios são enormes, não só pela necessidade de garantir que há capacidade para oferecer aos diplomados as ofertas de emprego, mas também, consequentemente, a qualidade de vida pela qual investiram na sua formação.

Apesar de todas as dificuldades sentidas atualmente pelos jovens diplomados, o modelo económico e social deve centrar-se indubitavelmente no conhecimento, na ciência, na tecnologia, na cultura e na inovação de forma a criar um modelo sustentável que seja motor de crescimento pessoal dos cidadãos e que se traduzirá, consequentemente, em ganhos para o país.

Empregabilidade dos Ciclos de Estudo

Considerando que a formação superior é uma das principais alavancas para o desenvolvimento do país a todos os níveis, deve ser garantida uma oferta formativa capaz de satisfazer as necessidades da população. A empregabilidade nos vários ciclos de estudos deve ser analisada de forma a adequar a oferta às necessidades, sendo que este não pode ser critério único para o encerramento de uma determinada área de estudos em instituição alguma. O seu encerramento deve sempre reger-se por critérios claros de avaliação da qualidade do ensino ministrado e nos casos em que se comprove que não são atingidos os mínimos aceitáveis nas áreas de estudo em causa.

Considerando que o fator empregabilidade não deve ser bastante para a decisão aquando da entrada num determinado curso, consideramos importante que essa informação seja disponibilizada, garantindo que o candidato possui todas as informações relevantes à tomada de decisão de forma consciente e ciente das dificuldades que poderá vir a enfrentar aquando do ingresso no mercado de trabalho. Não obstante, reconhecemos que têm vindo a ser dados passos importantes no sentido de tornar os dados da empregabilidade mais acessíveis e é por isso de louvar que essa informação seja disponibilizada no portal *InfoCursos*, portal da responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dados que têm por base o número de desempregados no

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Ainda que estes dados deixem de fora uma grande parte dos diplomados que possam não estar inscritos no IEFP, não deixam de ser indicativos da realidade de cada área de estudo. No entanto, dada a existência do Guia de Acesso ao Ensino Superior, seria vantajoso que este contemplasse os níveis de empregabilidade a par dos estabelecimento-curso, garantindo desta forma que as informações chegarão aos candidatos e permitirão que estes tomem a sua decisão de forma consciente e ponderada.

Acesso à Profissão e ordens profissionais

Após o término de uma parte tão importante na vida de um estudante, que é a conclusão do seu curso, inicia-se outra de igual importância que é a procura de um emprego. A formação académica é a base para a criação de um grande número de empregos, carreiras e profissões. Porém, por si só e geralmente, não é suficiente para criar profissionais completos. Não esquecendo um dos princípios presente na Declaração de Bolonha que nos diz que a empregabilidade de todos os cursos deve ser garantida logo desde o 1º ciclo de estudos, o que não quer dizer que todos os ciclos ofereçam igual acesso às várias profissões e que permitam o acesso automático. Adicionalmente, não se deve confundir capacidade de ingresso no mercado de trabalho com a capacidade para o exercício autónomo de uma profissão, carreira ou emprego.

Assim, o acesso a emprego na área de formação deve ser um processo com base nas competências académicas adquiridas para além das restantes competências necessárias para o desempenho das funções para as quais se candidata. Não é aceitável que sejam criados obstáculos no acesso ao emprego e à profissão, tais como exigência de anos de experiência aquando do ingresso no mercado de trabalho. A existência destas dificuldades apenas devem ter por base a manutenção da qualidade das profissões de forma a cumprir objetivos que se adequem às necessidades do mercado, sendo idealmente salvaguardados através da institucionalização de programas de tutoria que atribuam a profissionais com competências comunicacionais e pedagógicas reconhecidas funções de acompanhamento diário do recém formado.

No que às ordens profissionais diz respeito, considera-se que estas, ainda que tenham competências próprias na regulação da profissão, não se devem substituir às instituições de Ensino Superior na avaliação de

um recém diplomado. Os exames de admissão às ordens devem ter um caráter de especialização e não de avaliação redundante de competências já asseguradas por uma instituição de Ensino Superior.

Por último, entende-se que a gestão do acesso inicial à profissão não deve ser monopolizada por nenhuma entidade mas sim em articulação com o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, por forma a evitar mecanismos artificiais de limitação desse mesmo acesso como seja, por exemplo, o aumento exponencial da exigência ou pertinência de uma prova. É, por isso, premente a alteração da lei nº 2/2013 de 10 de janeiro que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, concretamente a alínea c) do ponto 1 do artigo 5º, de forma a garantir que a regulação do acesso inicial à profissão é um processo coordenado pelos ministérios tutelares das pastas afetas, em concertação com as associações profissionais e demais instituições, revogando a exclusividade da regulação do acesso à profissão por parte destas estruturas.

Quando as competências são reconhecidas num candidato, este não deve ser afastado por motivos meramente administrativos ou processuais, ou por direitos de trabalhadores e profissionais já em funções. É por isso imperativo alterar a realidade vivida por recém-licenciados que vêm diariamente a sua tarefa dificultada quando tentam entrar no mercado laboral, pois são-lhes impostas exigências para além daquilo que é necessário para o exercício da profissão, limitando o acesso à mesma, acabando assim por criar discrepâncias nas qualificações exigidas entre os novos e antigos profissionais.

Por fim, consideramos que é importante que o tecido empresarial se esforce por manter os seus colaboradores atualizados e lhes dê acesso a formação para que a entrada de novos profissionais não condicione ou corrompa com as práticas de antigos profissionais, muitas vezes sistemáticas e desadequadas da realidade.

Estágios profissionais

Na atual conjuntura, os estágios profissionais ocupam um lugar determinante na entrada de um recém-formado para o mercado de trabalho quer na perspetiva de formação profissional, quer na perspetiva de iniciação de carreira. Por esta razão, os estágios promovidos pelo IEFP merecem escrutínio contínuo e regulamentação por parte da

tutela, designadamente para garantir que os mesmos não fomentem a precariedade laboral, assegurando um modelo para que jovens adquiram a experiência profissional exigida em determinadas profissões aquando do ingresso no mercado de trabalho. Esta via deverá servir exclusivamente para complementar a formação exigida e não como resposta à taxa de desemprego jovem em Portugal, de forma a atingir as metas Europa 2020.

Desta forma, a FAL defende que os mesmos devem ser remunerados, sendo fiscalizada a forma como as empresas gerem a sua comparticipação de 20 a 35% do total que o estagiário recebe e também sendo regulada a contratação de estagiários, mesmo que ao abrigo de áreas distintas, impedindo a desvirtualização da natureza dos programas. Adicionalmente, deve também ser garantido que as condições laborais a que o estagiário está afeto são harmonizadas com as dos demais funcionários, vendo assegurado o direito a descanso, descontos contributivos e impostos. É de salientar que a entidade empregadora, aquando da contratação de um estagiário, já é beneficiada pela tutela. Por outro lado, o IEFP e as entidades empregadoras, deverão também especificar e monitorizar metodologicamente o cumprimento dos objetivos do estágio bem como o tipo de acompanhamento e supervisão que o estagiário recebe.

Não obstante, a integração em estágio profissional não poderá em momento algum impedir os jovens de prosseguir os seus estudos superiores, nomeadamente de 2º ciclo. Este passo constitui uma inequívoca mais valia a nível profissional e enquanto cidadão, bem como poderá beneficiar a própria entidade que recebe o estagiário. Atualmente, os candidatos que possuam o Estatuto de Trabalhador-Estudante antes da data da seleção para o Programa Estágios Profissionais podem continuar a beneficiar desse regime. Porém, aqueles que antes da referida data não possuam esse Estatuto não beneficiarão do mesmo, durante o desenvolvimento do estágio, apenas podendo justificar as faltas motivadas pela prestação de provas de avaliação, de acordo com o previsto na alínea c) do artigo 249.º por remissão para o artigo 91.º do Código do Trabalho. A FAL considera que este impedimento não se coaduna com o espírito de promoção do conhecimento e de formação contínua, pelo que não deverão ser criados obstáculos à atribuição do estatuto trabalhador-estudante independentemente do momento relativo ao início do estágio em que a formação seja iniciada.

Condição perante o emprego

O desemprego, tema amplamente debatido e, infelizmente, uma realidade para tantas famílias portuguesas carece ainda de soluções capazes de o superar sendo nossa consideração que esta problemática deve ser analisada criteriosamente e enquanto prioridade governativa. O incumprimento desta análise resultará na impossibilidade da criação de soluções capazes de resolver todos os casos dada a natureza dos mesmos ser distinta. Isto é, devem ser analisados os perfis dos desempregados de forma a identificar o impacto real do problema, e posteriormente devem ser promovidas políticas públicas que visem soluções suficientemente abrangentes e eficazes.

Outros fatores que devem ser considerados são a duração do estado de desemprego, a idade do indivíduo e a sua qualificação. Será muito difícil a implementação de medidas que têm por base um modelo económico avançado, baseado no conhecimento e inovação se os seus recetores, desempregados, não tiverem valências capazes de corresponder às exigências impostas pelas políticas implementadas. Da mesma forma, promover o emprego a curto prazo poderá traduzir-se num problema a médio-longo prazo para os cidadãos que se encontram desempregados e não qualificados. Desta forma a qualificação superior deve ser uma prioridade pelo impacto positivo que tem no futuro profissional e económico dos jovens e do país. Assim, o desemprego, é um problema que ultrapassa as ofertas das entidades empregadoras e que encontra também raízes no nível de qualificação dos candidatos.

É de reconhecer que nos últimos anos vários têm sido os programas implementados pela tutela de forma a combater esta realidade. São exemplo disso o programa Impulso Jovem, integrado atualmente no programa Garantia Jovem, financiado por fundos comunitários. Apresenta-se como vantagem o facto do programa se adequar ao perfil do candidato ajudando-o na reinserção em contexto formativo, apresentado outras mais valias para a entidade patronal por incentivar a contratação, estágios profissionais e apoio ao empreendedorismo e ao investimento. Este constitui portanto um exemplo das medidas que devem ser adotadas para a redução efetiva do desemprego, devendo estas ser acompanhadas de políticas de estímulo à transição de estágios para vínculos de trabalho.

Formação Contínua

O investimento na formação contínua deve constituir uma prioridade do nosso país, não só porque é uma forma de atrair estudantes nas mais diversas situações, mas também porque apesar de estas formações não conferirem grau académico a quem as frequenta podem ser uma forma excelente de investimento profissional e, como tal, aumentar as perspectivas de empregabilidade pela aquisição de competências que incrementam a sua capacidade de trabalho e competências técnicas.

Tendo conhecimento de todas estas vantagens, a criação de estratégias de formação poderiam ser uma mais valia para os desempregados que poderiam adquirir competências necessárias para responder às necessidades do mercado de trabalho. Por fim, esta seria também uma excelente forma de renovar conhecimentos daqueles que já estão inseridos no mundo do trabalho, traduzindo-se em ganhos também para as empresas tornando os seus quadros mais competitivos e ainda mais competentes.

DESPORTO

Ordenamento do Desporto no Ensino Superior em Portugal

Dinâmica do Desporto nas Comunidades Académicas

Contexto Interno das Unidades Orgânicas

Contexto das instituições de Ensino Superior e das suas comunidades académicas

Contexto Regional de Desenvolvimento

Conclusões e Recomendações

“Um país apenas se poderá considerar realmente desportivo quando a maioria das pessoas sentir o desporto como uma necessidade intrínseca”

Pierre de Coubertin

Caracterizar o desporto no Ensino Superior, seja ao nível concetual, seja ao nível jurídico, ou até mesmo relatar o contexto atual, não se avizinha uma tarefa simples. Na verdade, embora o ordenamento jurídico do Desporto em Portugal seja um tópico vasto e complexo, permanece um manancial de questões que se prendem com a definição do conceito, da estratégia e das vias de desenvolvimento do desporto, nas suas diversas vertentes e setores. No biénio 2015/2016, a FAL dedicou especial empenho ao desporto no Ensino Superior, tendo procurado, sobretudo, intervir de uma forma pedagógica e na procura da concertação com as restantes estruturas estudantis. Da sua atividade, foi sendo construída uma visão perante o desporto que se encontra espelhada neste capítulo.

Segundo os dados da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), anualmente, o desporto no Ensino Superior enquadra a participação de mais de 8.000 estudantes, distribuídos pelas mais de 43 modalidades, sendo organizados mais de 60 campeonatos nacionais e 30 campeonatos regionais. Estes números remetem para uma necessária reflexão sobre o âmbito e as estratégias deste sector, que abrange um grupo restrito da população portuguesa.

Será importante ter presente a distinção entre três perspetivas fundamentais (mas interligadas entre si) sobre o conceito de desporto: o desporto de competição, orientado para a participação nos quadros competitivos regionais, nacionais e internacionais; a prática desportiva de lazer/recreação, focada no envolvimento dos estudantes nas atividades desportivas de âmbito lúdico e no fomento dos hábitos de vida saudáveis; e o desporto enquanto promotor da formação, remetendo para a estreita proximidade entre a formação académica, a construção da cidadania ativa e a prática desportiva.

A discussão e a perspetiva a que nos propomos a lançar neste capítulo centrar-se-á em 3 tópicos base. Primeiramente, numa breve análise do ordenamento do desporto no Ensino Superior em termos históricos e legais, até ao momento atual, tecendo algumas considerações quando relevantes; de seguida, abordaremos o papel das instituições de Ensino Superior e das estruturas estudantis na dinamização da prática desportiva das respetivas comunidades; finalmente, tomando os pontos anteriores

como referência, apresenta-se um conjunto de propostas/diretrizes ao desenvolvimento do desporto no Ensino Superior.

Ordenamento do Desporto no Ensino Superior em Portugal

A *“cultura física e o desporto”* encontram-se consignados na Constituição da República Portuguesa (CRP) com variada ênfase. Por um lado, esta diáde recolhe especial destaque no Art.º 79.º.

- “1. Todos têm direito à cultura física e ao desporto.
2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas, as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.”

Além dessa menção, surge ainda associado a dois outros direitos constitucionais, designadamente:

·À saúde (Art.º 64.º):

“1. O direito à proteção da saúde é realizado: (...)

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.”

·À Juventude (Art.º 70.º):

“1. Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: (...)

d) Na educação Física e no Desporto”

Este enquadramento constitucional da cultura física e do desporto é reflexo do reconhecimento da sua transversalidade ao nível da formação dos cidadãos, bem como da sua importância na manutenção de estilos de vida saudáveis.

No quadro específico da legislação de desporto, resultado de um longo

processo de construção e desenvolvimento de um quadro normativo completo para o desporto, surge a atual Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Alterada pela Lei nº 74/2013 de 26 de setembro), a sucessora da lei nº 1/90 de 13 de janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo) e da Lei nº 30/2004 de 21 de julho (Lei de Bases do Desporto). Esta, que ao contrário das anteriores incorporou a questão da “Atividade Física” como uma componente basilar visou, como se pode ler no Projeto de Lei nº 80/X, “promover e desenvolver, entre a população em geral, a «atividade física» enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e do bem-estar, bem como para encorajar os portugueses a integrar a atividade física nos seus hábitos de vida quotidiana pelos efeitos benéficos que tem para a saúde.”. Importa, no entanto, referir que esta norma, por si só, pinta um quadro relativamente limitado, apenas inteiramente compreensível se articulado com um conjunto de outras normas que mais especificamente caracterizam o enquadramento legal dos seus dispostos.

Da sua análise identificam-se, primeiramente, 4 princípios gerais inerentes às políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, designadamente: “Princípio da Universalidade e da Igualdade”, “Princípio da Ética Desportiva”, “Princípio da Coesão e da Continuidade Territorial” e “Princípio da Coordenação, da Descentralização e da Colaboração”. Em suma, o Desporto e a Atividade Física devem ser acessíveis para toda a população de igual modo (independentemente do género, credo ou etnia), devendo reger-se pela justiça e pela ética, contribuindo para a formação integral dos cidadãos, o seu desenvolvimento em território nacional deverá progredir de forma harmoniosa e integrada, e na prossecução dos objetivos definidos, o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias detêm a responsabilidade de articular a sua intervenção em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas.

No caso concreto do desporto no Ensino Superior, quaisquer dos diplomas assumiram uma redação distinta (salvo algumas semelhanças) que progrediu no sentido da sua consideração enquanto elemento de formação, sempre a par da “Atividade Física”. De um modo geral, mantém-se o reconhecimento do necessário envolvimento das instituições de Ensino Superior e do Associativismo Estudantil no seu desenvolvimento. No entanto, com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, viu-se a junção do Desporto Escolar e do desporto no Ensino Superior num mesmo artigo e, parece-nos, viu-se também reduzida a importância que o diploma atribui ao associativismo estudantil, no contexto concreto das

comunidades referentes às instituições de Ensino Superior. Não obstante, é patente o reconhecimento da autonomia das instituições de Ensino Superior e do Associativismo Estudantil na definição e desenvolvimento do desporto no Ensino Superior.

O enquadramento e a gestão do desporto no Ensino Superior em Portugal sofreram uma série de mudanças durante as últimas décadas, registando-se uma progressiva responsabilização das estruturas estudantis. Com efeito, em 1987, deu-se uma tentativa de unificação da gestão do desporto no Ensino Superior, com a constituição da Federação Portuguesa do Desporto Universitário (FPDU; D.R. III nº129 de 5/6/87), projeto que falhou. Anos mais tarde, em 2 de março de 1990, é fundada a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU; D.R. III, nº69 de 23/3/1990), resultado das vontades de várias estruturas académicas que vinham desenvolvendo mais intensamente a sua atividade ao nível do desporto. Com a publicação da Lei de Base do Sistema Desportivo estava prevista a publicação de um diploma regulamentar específico para o desporto universitário, no entanto tal nunca se efetivou (Parente, 2011; Parente, F. (2011). *Oferta e procura desportiva dos estudantes do Ensino Superior - Estudo realizado com os alunos do 1o ano da Universidade do Minho*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação - Universidade do Minho.). Desde 1995, ano em que a FADU recebeu o estatuto de Utilidade Pública Desportiva (UPD), que essa estrutura é a responsável pela supervisão e desenvolvimento do desporto universitário em Portugal sendo, portanto, dotada da “competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres especialmente previstos na lei”, nomeadamente o direito “à participação na definição da política desportiva nacional”, “à participação no Conselho Nacional do Desporto”, “à regulamentação dos quadros competitivos da modalidade” (no caso da FADU, das modalidades, em âmbito universitário), bem como “à atribuição de títulos nacionais”, entre outros direitos e deveres.

Durante este período existiam várias estruturas por todo o país que tinham por missão o desporto no Ensino Superior, como são exemplo o Centro Desportivo Universitário do Porto, a Associação Académica de Coimbra, o Centro Desportivo Universitário de Lisboa, entre outros (Parente 2011). A constituição da FADU, bem como a atribuição da UPD, permitiram que, desde então, o desporto universitário tenha evoluído de forma acentuada, até à condição atual.

Dinâmica do Desporto nas Comunidades Académicas

Como referimos inicialmente, reconhecemos três perspetivas perante o desporto no Ensino Superior. No nosso entendimento, este deve ser uma componente expressiva da vida académica dos estudantes sem que isso implique que todos o pratiquem de uma forma competitiva ou de alto rendimento. Poderá parecer um mero exercício conceptual, no entanto, apenas sabendo que “Conceção de Desporto” se deseja, se poderá formular um modelo de envolvimento que responda às necessidades do meio. Importa, ainda, identificar quais das suas funções se pretende trabalhar no âmbito universitário.

Tal como foi elencado anteriormente, as instituições de Ensino Superior detêm autonomia na definição dos *“princípios reguladores da prática desportiva das respetivas comunidades”*, nunca olvidando o papel das estruturas estudantis na organização e desenvolvimento da prática do desporto. Esta afirmação levanta uma série de questões, especialmente quando se identificam diferentes modelos de intervenção das instituições e das estruturas estudantis. À exceção de modelos de base exclusivamente estudantil ou de base exclusivamente das instituições de Ensino Superior, que não se enquadram na redação do diploma mencionado - e que não consideramos serem opções sustentáveis - existe todo um conjunto de dinâmicas distintas, mas possíveis.

Note-se que, segundo o RJIES, por via da Ação Social Indireta (Art.º 20.º, ponto 5, alínea c)), está prevista a intervenção das instituições de Ensino Superior no *“Apoio a atividades culturais e desportivas”* e, no Art.º 21.º, vê-se reforçado o dever de apoiar o Associativismo estudantil, entre outras, no *“desenvolvimento de competências extracurriculares, nomeadamente de participação coletiva e social.”*

Quer isto dizer que o desporto no Ensino Superior deverá ter objetivos claros e tangíveis, a serem alcançados conjuntamente entre as instituições de Ensino Superior e as Associações Académicas e de Estudantes sob um modelo de cooperação que garanta, por um lado, que todos os estudantes possam aceder à prática desportiva e, por outro, seja salvaguardada a prática competitiva.

Tal implica que as Instituições de Ensino assumam uma intervenção por duas vias:

1. A intervenção direta no desporto praticado na comunidade, orientada para as estratégias de promoção da prática desportiva,

hábitos de vida saudáveis, bem como para a cidadania ativa e construção de valores sociais, nomeadamente através de programas de oferta desportiva continuada;

2. A criação das condições para a prática desportiva e para uma melhor ação das Associações Académicas e de Estudantes. A estas últimas, será importante conceder a devida autonomia ao nível do desporto de competição, uma vez que tal permite a constituição de um maior número de equipas e, portanto, um alargamento da oferta competitiva dentro de uma mesma Universidade/Instituto Politécnico.

Reconhecemos a importância e prestígio que os resultados e títulos propriamente ditos possam ter para ambas, especialmente quando estas representam a maioria do trabalho realizado ao nível do desporto. No entanto, consideramos que uma sobreposição do trabalho destes dois tipos de entidades, apenas agravará o estado atual do desporto no Ensino Superior.

Em termos mais práticos, à semelhança do que se verifica em algumas academias, um reforço das competências dos Serviços de Ação Social em matéria de desporto (prevista na lei) ou a criação de gabinetes próprios para o efeito, responsáveis pelo estabelecimento das bases de desenvolvimento do desporto nas respetivas comunidades, bem como pelo apoio às Associações Académicas e de Estudantes, aliado a quadros especializados, poderão ser possibilidades viáveis, salvaguardando a autoridade das Associações Académicas e de Estudantes nesta matéria.

Esta discussão enquadra-se em três níveis de intervenção: o contexto das Unidades Orgânicas e das Associações Académicas e de Estudantes respetivas; o contexto da Instituição de Ensino Superior e das comunidades académicas das várias Escolas que a constituem; e o contexto da regional em que estas se integram.

Contexto Interno das Unidades Orgânicas

Importa, em primeiro lugar, que se promova uma análise detalhada dos hábitos de prática da comunidade, bem como das infraestruturas disponíveis, visando o melhor delineamento da oferta desportiva e mais eficiente afetação de recursos; Em segundo lugar, que se estabeleça uma relação de proximidade com as estruturas desportivas locais e com o poder local, que possam auxiliar ou colaborar na melhoria das condições

da prática desportiva; E posteriormente, que se definam os contornos da colaboração entre as estruturas estudantis e as unidades orgânicas, no âmbito do desenvolvimento do desporto no Ensino Superior na respetiva comunidade académica.

Contexto das instituições de Ensino Superior e das suas comunidades académicas

Ao nível da estruturação deste nível do desporto no Ensino Superior, talvez o maior desafio que identificamos seja o modelo de envolvimento das instituições e das estruturas estudantis. Independentemente do modelo adotado, é crucial que as instituições de Ensino Superior que dispõem de instalações desportivas assumam a preocupação de salvaguardar o acesso prioritário para os grupos estudantis de forma tendencialmente gratuita. Defendemos que para a implementação desta medida é fundamental um reforço da dotação orçamental e do acesso a fundos públicos destinados à manutenção das condições necessárias ao seu funcionamento. Esta premissa deve aplicar-se também às instalações ao abrigo do estado destinadas ao usufruto pela população estudantil.

Contexto Regional de Desenvolvimento

No desenvolvimento do desporto no Ensino Superior ao nível regional, as estratégias de desenvolvimento deverão passar pela articulação mais próxima com as autarquias e com o associativismo desportivo, pela rentabilização do parque desportivo e exploração das dinâmicas desportivas regionais e a continuidade da prática do desporto escolar através do desporto no Ensino Superior. Também o reforço da qualidade das iniciativas adotadas, bem como o investimento na maior capacitação dos dirigentes estudantis e dos das instituições de Ensino Superior, deverão ser considerados prioritários.

Conclusões e Recomendações

No conjunto dos temas discutidos, concluímos que as comunidades académicas reúnem as condições para um maior desenvolvimento do seu desporto. O enquadramento normativo do sector permite que as várias dinâmicas sejam geridas sobretudo entre as estruturas estudantis e as instituições de Ensino Superior, e que as autarquias sejam parceiras fundamentais na prossecução dos objetivos do desporto no Ensino Superior. Também a forma de intervenção pode assumir diferentes perspetivas de acordo com o contexto e as estruturas do meio - seja pela formação, pela competição, ou pelo lazer, há muito trabalho a desenvolver. Saber triar a oferta desportiva em função das características da comunidade académica, recolhendo dados fiáveis e identificando as tendências de desenvolvimento, permitem gerir com maior rigor o investimento na área, evitando gastos insustentáveis.

Deste modo, apresentamos um conjunto de propostas de melhoria/desenvolvimento ao desporto no Ensino Superior:

1. Aumentar o leque das oportunidades de prática desportiva na Academia, possibilitando aos estudantes integrados no Desporto Escolar a continuidade da prática no Ensino Superior (para muitos visto como o momento de rutura) e gerando maior atratividade para novos praticantes;
2. Criar as condições para a interação entre estudantes de diferentes áreas de estudo no âmbito de programas de extensão do envolvimento nas atividades desportivas (tecnologias, gestão ambiental, comunicação, entre outras) que constituam fontes de enriquecimento curricular e de formação;
3. Enquadrar na estrutura do desporto no Ensino Superior um maior número de recursos humanos especializados competentes, que permitam aos dirigentes associativos um maior foco em questões estratégicas.

Para a efetivação dessa visão, cabe às instituições de Ensino Superior um papel fundamental de:

1. Criar as condições que permitam a potenciação do trabalho das Associações Académicas e de Estudantes na difusão da prática desportiva junto dos respetivos estudantes, visando um modelo misto de intervenção, que não sobrecarregue as estruturas estudantis e

não as deixe reféns da sua incapacidade financeira, nomeadamente através do apoio logístico ou da afetação de recursos humanos especializados.

2. Possibilitar o entrosamento entre as respetivas áreas de estudo com as ciências do desporto, que possibilite aos estudantes o seu envolvimento no desporto a par do desenvolvimento das suas competências e conhecimentos que, em última análise, estabeleçam contributos à sua participação cívica e profissional, nomeadamente através do incentivo à investigação e ao voluntariado.

3. Reforçar o papel do Estatuto Estudante-Atleta do Ensino Superior enquanto medida de proteção dos estudantes com prática desportiva. Este é, em muitos casos, propositadamente esquecido ou denegrido, uma situação que é em tudo contrária à missão das Instituições de Ensino.

ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL

A Federação Académica de Lisboa é fundada pela necessidade de institucionalizar uma estrutura capacitada para a representação política, abrangente e transversal, dos estudantes do Ensino Superior da cidade de Lisboa. Não obstante o foco nesta dimensão fundamental, é consideração dos seus dirigentes e das Associações de Estudantes que a constituem que o desenvolvimento de atividades extracurriculares, capazes de complementar a componente curricular da atividade académica dos estudantes, é fundamental para a consolidação de uma comunidade estudantil mais interventiva, crítica e informada, determinante para a construção de uma sociedade de futuro com elevada capacidade de intervenção dos jovens.

Cientes do impacto social desta visão, várias foram as iniciativas materializadas, designadamente nas dimensões política e desportiva. Definindo como premissa a necessidade de produzir eventos transversais aos públicos da academia de Lisboa, a FAL concentrou esforços na produção de eventos desportivos de elevada amplitude, tendo garantido no primeiro ano de existência a realização das Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários, a maior prova desportiva para estudantes de Ensino Superior desenvolvida a nível nacional e que nunca antes havia sido realizada em Lisboa. Paralelamente, a atribuição da organização dos Campeonatos Nacionais de Surf, bem como a apresentação formal de uma candidatura à organização do Campeonato Europeu Universitário de Ténis de Mesa demonstram que a aposta em atividades desportivas destinadas à comunidade estudantil do Ensino Superior serão uma constante da atividade da Federação Académica de Lisboa. No entanto, considera-se que momentos como os apresentados devem refletir-se em mais do que eventos desportivos. É visão da FAL que dos mesmos devem advir ganhos de escala para os estudantes, quer ao nível de legislação nacional, quer ao nível de estatutos regionais ou de instituições de Ensino Superior. É, por isso, determinante garantir que o Estatuto Estudante-A atleta transite de uma vontade de estudantes e dirigentes estudantis para uma implementação nacional, bem como salvaguardar a implementação de condições para que a prática desportiva, quer na vertente competitiva, quer na vertente informal, possam integrar o quotidiano dos estudantes do Ensino Superior, valorizando, ao invés de prejudicando como tantas vezes ocorre atualmente, o seu percurso académico. Para tal, é também necessário sensibilizar as entidades competentes para que as condições materiais e logísticas necessárias à prática desportiva sejam estabelecidas e tornadas acessíveis a todos os estudantes do Ensino Superior.

Também ao nível da relação com a cidade e da participação estudantil na sua dinâmica, é objetivo da FAL implementar, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, projetos de interação com a comunidade da cidade, potenciando o desenvolvimento de projetos de cariz social, cultural e recreativo. O projeto Academia Consciente, em fase de conclusão, pretende ser uma ponte relacional que contribua para o desenvolvimento e esbatimento das desigualdades sociais na comunidade, capacitando os estudantes para a aquisição de competências paralelas e complementares à sua atividade académica, contribuindo para a consciencialização da população estudantil para a necessidade de cooperação entre instituições, com vista à criação de iniciativas que melhorem a integração social.

A motivação dos estudantes para a participação e dinamização de atividades extracurriculares, nomeadamente no Associativismo Jovem, através das suas Associações Académicas e de Estudantes é uma ideia consensual na orgânica da Federação Académica de Lisboa, consenso que se alarga tanto a alunos, como ao corpo docente e não docente e também aos órgãos dirigentes e de gestão, procurando estes que os alunos desempenhem um papel ativo e interventivo no seio da comunidade, contribuindo ativamente para o seu desenvolvimento. Com vista à implementação desta vontade, defende a FAL como prioritária a revisão do Regime Jurídico do Associativismo Jovem. Esta vontade conheceu resposta por parte da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude em 2013, no entanto os esforços levados a cabo para a reforma deste diploma não foram materializados até ao término da legislatura, perdendo-se a oportunidade de colmatar um dos principais bloqueios ao desenvolvimento das estruturas associativas juvenis e estudantis.

Considerando o debate prioritário, convida a FAL o Governo em funções a recuperar esta matéria e a defini-la como prioritária no quadro da legislatura, assinalando total disponibilidade para contribuir com propostas sólidas e coerentes para que a sua reforma seja um sucesso. Como premissa fundamental, entendemos que deverá existir uma concreta distinção entre Associações de Estudantes e Associações Juvenis. Se por um lado as Associações de Estudantes são constituídas por jovens que representam as suas instituições e colaboram ativamente na construção de um Sistema de Ensino Superior a nível local e nacional, contribuindo para a melhoria do panorama educativo, o Associativismo Juvenil possui um propósito distinto do apresentado, focando os seus esforços na criação e dinamização de atividades para jovens, sobretudo de índole setorial. Estas realidades são claramente distintas aquando do

financiamento destes dois tipos de estruturas, algo que não é atualmente contemplado. É por isso urgente salvaguardar esta diversidade, de forma a haver uma distribuição mais justa e adequada à realidade das várias estruturas.

Considera-se ainda desadequado e de extrema gravidade, os constantes atrasos nos pagamentos dos valores atribuídos às Associações de Estudantes. Esta é uma situação com um elevado potencial danoso que pode comprometer não só o bom planeamento e funcionamento bem como a própria autonomia das estruturas estudantis. Apesar de os prazos serem legalmente fixados, é inconcebível que sejam constantemente adiados ou reajustados sem que daí advenha nenhuma compensação para a parte lesada, sendo que caso a situação se verifique em sentido contrário, designadamente com a submissão de candidaturas, o apoio é de imediato suspenso. Considera-se, por consequência, que esta má prática deve ser revertida, tornando o pagamento atempado uma regra e que caso não se verifique o cumprimento da calendarização definida, as estruturas sejam notificadas e compensadas pelos atrasos, inerentes de motivos que lhes são alheios.

Importa ainda salvaguardar como premissa fundamental a consideração de que a FAL se posiciona como uma estrutura comprometida com os estudantes e as suas causas, considerando que qualquer interferência externa, designadamente ao nível governamental, quer do Estado quer das instituições de Ensino Superior, constitui um bloqueio à autonomia dos estudantes para a organização coletiva e serão consideradas tentativas de manipulação da identidade e matriz democrática das estruturas estudantis, merecendo condenação por parte da direção em funções.

FEDERAÇÃO ACADÉMICA DE LISBOA

